

RELATÓRIO CONTÁBIL

Exercício de 2022

- DECLARAÇÃO ANUAL DO CONTADOR
- DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
- NOTAS EXPLICATIVAS

Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT

Ministério da Infraestrutura – MINFRA

31 de JANEIRO de 2023

Brasília/DF

Sumário

LISTA DE TABELAS	3
LISTA DE FIGURAS	3
DECLARAÇÃO DO CONTADOR	4
INTRODUÇÃO	7
CONTEXTO OPERACIONAL	7
DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS	8
Balanco Patrimonial	8
Demonstração das Variações Patrimoniais	10
Balanco Orçamentário	11
Balanco Financeiro.....	15
Demonstração do Fluxo de Caixa.....	16
BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS	17
RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS	17
NOTAS EXPLICATIVAS	20
Nota 01 – Ativo Circulante e Não Circulante	20
Nota 02 – Caixa e Equivalente de Caixa.....	21
Nota 03 – Créditos a Curto Prazo	22
Nota 04 – Ativo Realizável a Longo Prazo.....	22
Nota 05 - Imobilizado	22
Nota 06 - Intangível	24
Nota 07 – Passivo Exigível.....	25
Nota 08 – Passivo Circulante.....	25
Nota 09 – Passivo Não Circulante (Provisões a Longo Prazo)	26
Nota 10 – Patrimônio Líquido	26
Nota 11 – Passivos Contingentes	27
Nota 12 – Ativos Contingentes	28
Nota 13 – Obrigações Contratuais	28
Nota 14 – Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA.....	29
Nota 15 – Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD.....	30
Nota 16 – Receitas Orçamentárias	31
Nota 17 – Despesas Orçamentárias	33
Nota 18 – Restos a Pagar	34
Nota 19 – Movimentação Financeira	35
Nota 20 – Resultado Financeiro do Balanco Patrimonial.....	35
Nota 21 – Conformidade Contábil	36

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1 – Ativo – Variação e Composição
- Tabela 2 – Ativo Circulante – Variação e Composição
- Tabela 3 – Ativo Não Circulante – Variação e Composição
- Tabela 4 – Caixa e Equivalente de Caixa – Composição
- Tabela 5 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo – Variação e Composição
- Tabela 6 – Créditos a Longo Prazo – Variação e Composição
- Tabela 7 – Imobilizado – Variação e Composição
- Tabela 8 – 8.a Bens Móveis e 8.b Bens Imóveis – Variação e Composição
- Tabela 9 – Depreciação Acumulada Bens Móveis – Composição
- Tabela 10 – Intangível – Variação e Composição
- Tabela 11 – Passivo Exigível (Circulante e Não Circulante) – Variação e Composição
- Tabela 12 – Passivo Circulante – Variação e Composição
- Tabela 13 – Provisões a Longo Prazo – Variação e Composição
- Tabela 14 – Patrimônio Líquido – Variação e Composição
- Tabela 15 – Resultado Patrimonial do Período – Composição
- Tabela 16 – Passivos Contingentes – Variação e Composição
- Tabela 17 – Ativos Contingentes – Variação e Composição
- Tabela 18 – Obrigações Contratuais – Variação e Composição
- Tabela 19 – Variações Patrimoniais Aumentativas – Variação e Composição
- Tabela 20 – Variações Patrimoniais Diminutivas – Variação e Composição
- Tabela 21 – Receita Orçamentária – Realização
- Tabela 22 – Despesa Orçamentária – Execução
- Tabela 23 – Restos a Pagar – Execução
- Tabela 24 – Caixa e Equivalente de Caixa – Variação
- Tabela 25 – Balanço Financeiro – Variação e Composição
- Tabela 26 – Superávit Financeiro – Ativo Financeiro x Passivo Financeiro
- Tabela 27 – Superávit Financeiro – Recursos Ordinários X Recursos Vinculados
- Tabela 28 – Superávit Financeiro – Por Fonte de Recursos

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 – Resultado Patrimonial Acumulado
- Figura 2 – Resultado Financeiro do Período
- Figura 3 – Resultado Patrimonial do Período – Comparativo
- Figura 4 – Índices Orçamentários
- Figura 5 – Receita Prevista X Receita Realizada
- Figura 6 – Despesa Fixada X Despesa Executada
- Figura 7 – Variação do Caixa e Equivalente de Caixa
- Figura 8 – Ativo – Composição e Variação
- Figura 9 – Ativo Não Circulante – Composição e Variação
- Figura 10 – Bens Móveis – Composição
- Figura 11 – Passivo Exigível (Circulante e Não Circulante) – Variação e Composição
- Figura 12 – Patrimônio Líquido – Variação e Composição
- Figura 13 – Obrigações Contratuais – Variação e Composição
- Figura 14 – Realização da Receita
- Figura 15 – Despesas Executadas – Proporção
- Figura 16 – Despesas Executadas – Composição

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

As demonstrações contábeis da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT referente ao exercício de 2022: Balanço Patrimonial; Demonstração de Variações Patrimoniais; Demonstração de Fluxo de Caixa; Balanço Orçamentário e Balanço Financeiro estão, em todos os aspectos relevantes, em conformidade com os normativos vigentes, **exceto** quanto aos itens mencionados nesta declaração e mais detalhadamente nas notas explicativas.

Dentre os normativos vigentes que fundamentaram as apreciações explanadas, destacam-se: a Lei 4.320/64; o Decreto 93.872/86, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP; os Manuais do SIAFI que tratam dos assuntos correspondentes; as Normas de Contabilidade Brasileira Aplicadas ao Setor Público – NBC TSP; as instruções emitidas pela Secretaria do Tesouro Nacional, levando-se também em consideração as adaptações decorrentes da adesão ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade.

As análises apresentadas foram estruturadas de acordo com as orientações do Manual de Conformidade Contábil do SIAFI (Macrofunção 020315), a partir das quais identificou-se os principais impactos contábeis decorrentes das atividades da ANTT no período avaliado, cujos apontamentos são os seguintes:

O **ATIVO CIRCULANTE** está subavaliado, visto que ainda não há o reconhecimento dos créditos a receber, destacando-se as multas aplicadas pela Agência e os valores previstos nos contratos de concessões rodoviárias e ferroviárias. A ausência de registro deste direito distorce a composição do patrimônio e deixa de retratar os impactos das ações da entidade em relação à fiscalização da prestação de serviços e da exploração da infraestrutura de transportes. Com relação às multas aplicadas, ressalte-se que o registro desses ativos deveria ocorrer após a decisão administrativa em que se constitui definitivamente o crédito decorrente da notificação final de penalidade, conforme Manual SIAFI 020346 – Multas Administrativas. No entanto, atualmente não há possibilidade de se efetuar a comparabilidade entre os eventos transacionados nos sistemas de controle com aqueles ocorridos no SIAFI devido à necessidade de relatórios gerenciais que demonstrem com integridade a situação dinâmica dos créditos em fase administrativa, bem como: a realização da receita em comparação com as baixas por pagamento; encaminhamentos para a dívida ativa; recursos administrativo ou judicial com efeito suspensivo à execução da multa; dentre outros. A não evidenciação desses fatos gera incoerência no Balanço Patrimonial por não haver registros de créditos a receber em fase anterior à inscrição em Dívida Ativa, sendo que tais situações também impactam no grupo do Ativo Não Circulante quando se tratar de vencimento de longo prazo.

O **ATIVO NÃO CIRCULANTE** apresenta distorções quanto à evidenciação quantitativa e qualitativa em seus subgrupos Realizável a Longo Prazo, Imobilizado e Intangível, a saber:

Ativo Realizável a Longo Prazo – ARLP: composto em sua totalidade pelos valores da Dívida Ativa cujos lançamentos estão embasados nas informações e relatórios repassados pela Procuradoria Federal junto à ANTT – PGF-ANTT. Ainda assim, carecem de refinamentos, visto que: não há informações sistemáticas seguras para distinguir as classificações de indicação para circulante e não circulante; os registros da atualização monetária são realizados somente até o mês de competência da inscrição, não havendo informações posteriores de atualização monetária destes créditos inscritos no SIAFI; os registros das baixas dos respectivos créditos são realizados pelo valor integral com as atualizações corrigidas até a data do pagamento; o indicador utilizado para fins de ajuste de perda também necessita de refinamento de critérios para retratar a real recuperabilidade dos créditos. Assim, a conjugação destes eventos críticos concorre para uma provável superavaliação do ARLP. Outro ponto a ser considerado é que, devido à ausência de registro

anterior dos créditos a receber (em fase administrativa), o reconhecimento da Dívida Ativa ainda não atende, em sua integralidade, aos procedimentos previstos na Macrofunção 021112. No entanto, ponderou-se pela manutenção dos registros de Dívida Ativa devido à relevância e à materialidade da informação encaminhada pela PGF-ANTT por meio de relatórios extraídos do Sistema da AGU. E, uma forma a mitigar essas distorções, são registrados como Ajuste de Exercícios Anteriores os autos de infração com referências anteriores ao exercício atual. Dessa forma, impactam a Variação Patrimonial Administrativa somente os autos cuja competência se refira ao exercício de 2022.

Ativo Imobilizado: compõe-se por Bens Móveis e Imóveis, cujos valores necessitam de atualizações para retratar a real situação deste subgrupo. Os bens móveis ainda não passaram pelo procedimento de reavaliação e/ou redução ao valor recuperável, o que impossibilita afirmar a conformidade dos valores evidenciados, pois, permanecem os registros do custo de aquisição com a respectiva depreciação. Ressaltando-se que ainda está em desenvolvimento a funcionalidade no sistema SIADS para permitir o ajuste das reavaliações, cujo monitoramento junto ao SERPRO está sendo monitorado pelo setor responsável na ANTT. O item que compõe o Bem Imóvel se refere à transferência do bem da União cedido para uso das instalações do Escritório da ANTT no município de São Paulo, ocorrido neste exercício. Orientou-se, ao setor responsável pelo patrimônio da ANTT, a padronização dos registros e evidenciação de todos os bens imóveis da União que estão sendo utilizados pela Agência por meio de cessão de uso.

Ativo Intangível: carece de informações para representar com fidedignidade a realidade patrimonial da Agência no que se refere aos bens incorpóreos, destacando-se os relacionados à Tecnologia da Informação – TI, devido à ausência de registro dos Sistemas desenvolvidos internamente pela entidade. Quanto aos itens registrados como Softwares de Vida Útil Indeterminada, as áreas responsáveis estão em processo constante de revisão da vida útil e de reavaliação quanto à sua real capacidade de geração de benefício às atividades do Órgão, de onde se providenciou as baixas de itens obsoletos, além de atualização de valores.

Contas de Resultado: outro aspecto a ser enfatizado se refere ao grupo das contas de resultado (Variação Patrimonial Ativa – VPA e Variação Patrimonial Diminutiva - VPD), tendo em vista a impossibilidade de atender, em sua integralidade, ao Princípio da Competência, apesar dos procedimentos já adotados internamente para mitigar essa inconsistência em relação às VPDs. Ocorre que, as providências para adequar os registros das despesas, por meio da pré-liquidação, não contemplam em sua totalidade todos os fatos gerados no respectivo exercício, devido a circunstâncias externas, tais como: atrasos na entrega do documento fiscal; gargalos inerentes aos trâmites dos processos; prazo exíguo de registro antes do fechamento do mês no SIAFI, dentre outros. Já as receitas são registradas no SIAFI no momento de sua efetiva arrecadação no SIAFI, permitindo a evidenciação apenas sob o aspecto orçamentário. O reconhecimento por competência somente será possível mediante a implementação do sistema de gestão de créditos a receber. Para tanto, há uma demanda inicial com vistas a desenvolver módulo de registros das receitas em consonância com fato gerador, de forma a possibilitar o controle desses ativos, o que será um projeto piloto em busca da solução do controle dos créditos a receber das multas aplicadas e dos contratos concessões da ANTT.

Embora tais ocorrências permaneçam pendentes devido às nuances e complexidades do processo de regularização, ressalte-se as providências estão sendo tomadas paulatinamente à medida dos recursos disponíveis.

A CCONT/GEORF, juntamente com o apoio da CCONT/MINFRA, está atenta a todas as situações identificadas, dando conhecimento aos responsáveis, bem como orientação e acompanhamento para a devida regularização dentro do exercício, de forma a evitar as distorções que prejudiquem o entendimento e a tempestividade das informações. Trata-se, portanto, de um processo contínuo e dinâmico com vistas a garantir que as demonstrações contábeis da ANTT retratem com fidedignidade a sua real situação patrimonial, orçamentária e financeira.

Estas são as principais considerações para o período, cujos respectivos códigos de restrição registrados no SIAFI estão elencados na Nota 21.

Apresentam-se a seguir as demonstrações contábeis extraídas do SIAFI e as respectivas notas explicativas, em que se pode verificar de forma mais pormenorizada as informações e os reflexos orçamentários, financeiros e patrimoniais decorrentes das atividades da ANTT no exercício de 2022 em comparação ao exercício de 2021.

Brasília/DF, 31 de janeiro de 2022

INTRODUÇÃO

O presente relatório versa sobre as demonstrações contábeis extraídas do SIAFI relativas ao exercício financeiro de 2022 da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, seguidas das notas explicativas, em que se pode verificar de forma mais pormenorizada as informações e os reflexos orçamentários, financeiros e patrimoniais decorrentes das atividades ocorridas no período em análise.

Dentre os fatos ocorridos em 2022, destaca-se a reestruturação da ANTT aprovada pela Resolução ANTT Nº 5.976, de 07/04/2022 que alterou o Regimento Interno, centralizando a execução orçamentária e financeira na Unidade Gestora 393001 da Sede em Brasília.

CONTEXTO OPERACIONAL

A Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, entidade da Administração Indireta vinculada ao Ministério da Infraestrutura, foi criada pela Lei 10.233, de 05 de junho de 2001, na qual lhe foi conferida o regime autárquico especial caracterizado pela ausência de tutela ou de subordinação hierárquica, pela autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira e pela investidura a termo de seus dirigentes e estabilidade durante os mandatos.

A ANTT tem sede e foro no Distrito Federal, domiciliada no SCES Lote 10, Trecho 3, Projeto Orla, Polo 8, CEP 70.200-003. Além da Sede, atua também nas demais áreas do território nacional por meio das Unidades Regionais integradas por Coordenações Regionais e Escritórios de Fiscalização, de acordo com o Regimento Interno (Resolução ANTT Nº 5.976, de 07/04/2022).

A ANTT tem como missão “assegurar aos usuários adequada prestação de Serviços de Transportes Terrestres” tendo como principais competências a regulação dos serviços de transportes terrestres, atuando sobre: a concessão de ferrovias, rodovias e transporte ferroviário associado à exploração da infraestrutura; a permissão do transporte coletivo regular de passageiros pelos meios rodoviário e ferroviário não associados à exploração da infraestrutura; a autorização do transporte de passageiros por empresa de turismo e sob regime de fretamento, dentre outros relativos ao transporte nacional e internacional de cargas e passageiros, transporte multimodal e terminais.

Neste contexto, destaca-se a importância de que os demonstrativos contábeis da Agência retratem a sua realidade patrimonial e espelhem as atividades fins, como entidade reguladora da atividade de exploração da infraestrutura ferroviária e rodoviária federal e da atividade de prestação de serviços de transporte terrestres, de forma a subsidiar as tomadas de decisões e a transparência da gestão, bem como prestar contas à sociedade, que é a principal usuária da informação contábil.

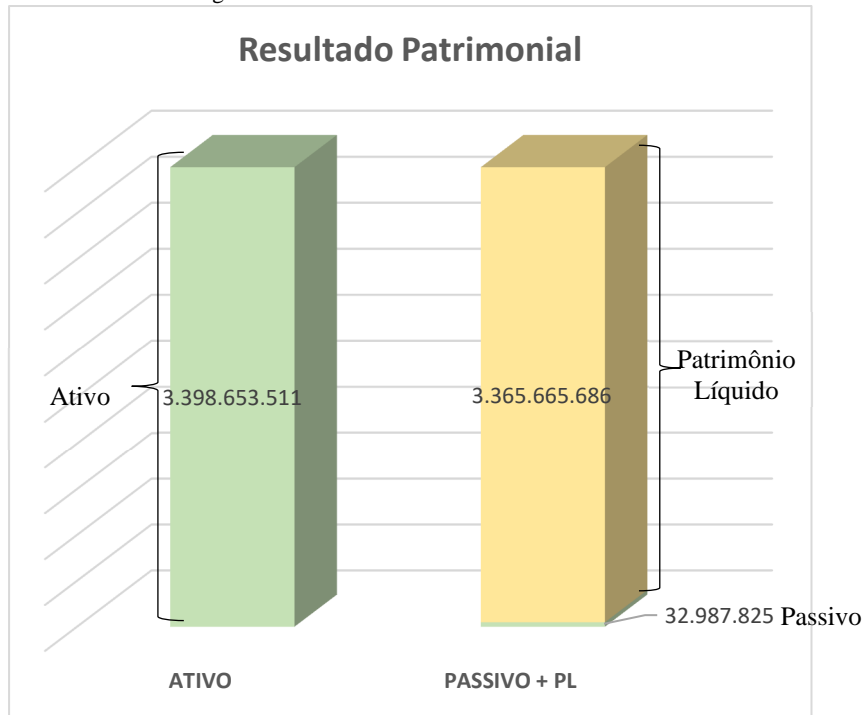
DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS

Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial – BP demonstra a composição do patrimônio da ANTT evidenciado pelas classes 1 (Ativo) e 2 (Passivo e Patrimônio Líquido – PL). Os grupos são classificados em circulante e não circulante, além do PL que segregava os resultados do período com os resultados dos exercícios anteriores. O resultado patrimonial do exercício foi superavitário em R\$ 482.552.624, acumulando uma situação líquida patrimonial de R\$ 3.365.665.686 (figura 1).

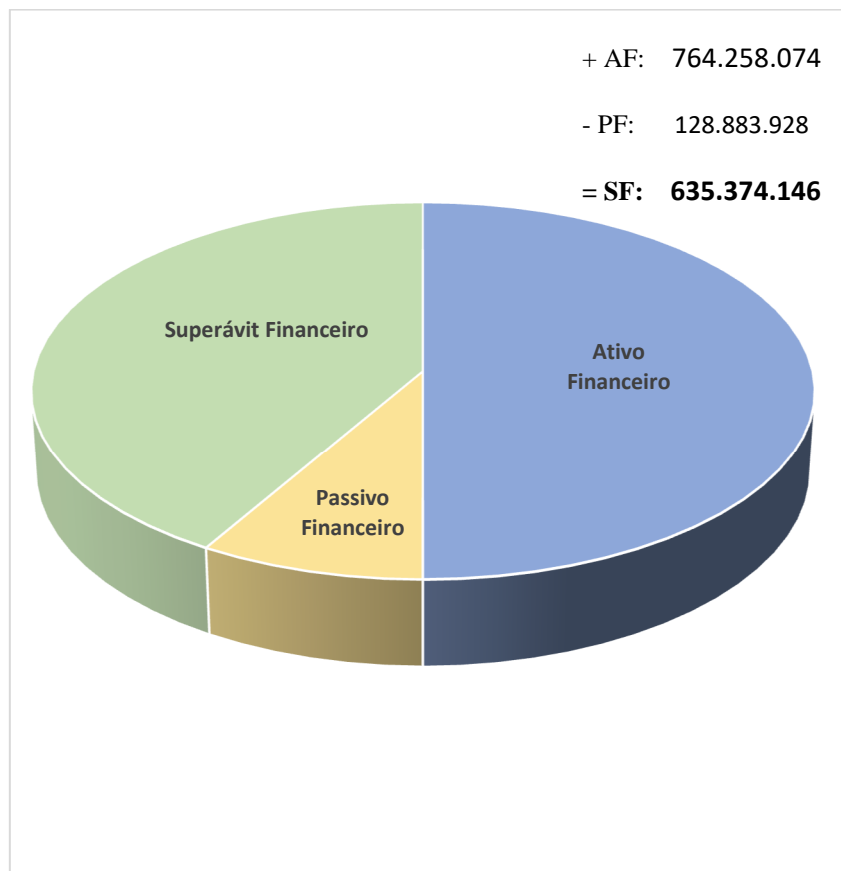
BALANÇO PATRIMONIAL							
ATIVO	Nota	2022	2021	PASSIVO	Nota	2022	2021
ATIVO CIRCULANTE	01	768.173.085	547.446.600	PASSIVO CIRCULANTE	08	32.987.825	38.376.903
Caixa e Equivalentes de Caixa	02	764.258.074	543.761.867	Obrigações Trab., Prev. e Assist. CP		25.383.456	29.001.200
Créditos a Curto Prazo	03	3.156.702	2.887.060	Fornecedores e Contas a Pagar a CP		1.907.634	1.395.888
Demais Créditos e Valores		3.156.702	2.887.060	Fornecedores e Contas a Pagar a CP		1.907.634	1.395.888
Estoques		758.230	640.524	Demais Obrigações a Curto Prazo		5.696.735	7.979.815
VPDs Pagas Antecipadamente		80	157.149				
ATIVO NÃO CIRCULANTE	01	2.630.480.425	2.069.243.118	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	09	-	1.000.094.839
Ativo Realizável a Longo Prazo	04	2.515.573.829	1.978.063.418				
Créditos a Longo Prazo		2.515.573.829	1.978.063.418	Provisões a Longo Prazo		-	1.000.000.000
Dívida Ativa Não Tributária	04	2.597.692.511	2.060.182.099	Demais Obrigações a Longo Prazo		-	94.839
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo		(82.118.682)	(82.118.682)				
Imobilizado	05	65.092.717	41.365.792	TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL		32.987.825	1.038.471.742
Bens Móveis	5.1	58.342.597	41.365.792				
Bens Móveis		138.079.731	112.900.532				
(-) Depreciação/Amortização Acum. Bens Móveis	5.2	(79.737.135)	(71.534.739)				
Bens Imóveis		6.750.121	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2022	2021
Bens Imóveis		6.814.785	-	Resultados Acumulados	10	3.365.665.686	1.578.217.976
(-) Depr./Amortização Acum. de Bens Imóveis		(64.664)	-	Resultado do Exercício		482.552.624	253.226.802
Intangível	06	49.813.879	49.813.908	Resultados de Exercícios Anteriores		1.578.217.976	1.052.531.261
Softwares		49.813.808	49.813.808	Ajustes de Exercícios Anteriores		1.304.895.086	272.459.913
Softwares		49.813.808	49.813.808				
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		71	100	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	10	3.365.665.686	1.578.217.976
Marcas, Direitos e Patentes Industriais		438	438				
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos		(367)	(338)				
TOTAL DO ATIVO		3.398.653.511	2.616.689.718	TOTAL DO PASSIVO E PL		3.398.653.511	2.616.689.718

Figura 1 – Resultado Patrimonial Acumulado



O resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial também foi superavitário, no valor de R\$ 635.374.146, decorrente da diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro (Figura 02).

Figura 2 – Resultado Financeiro do Período

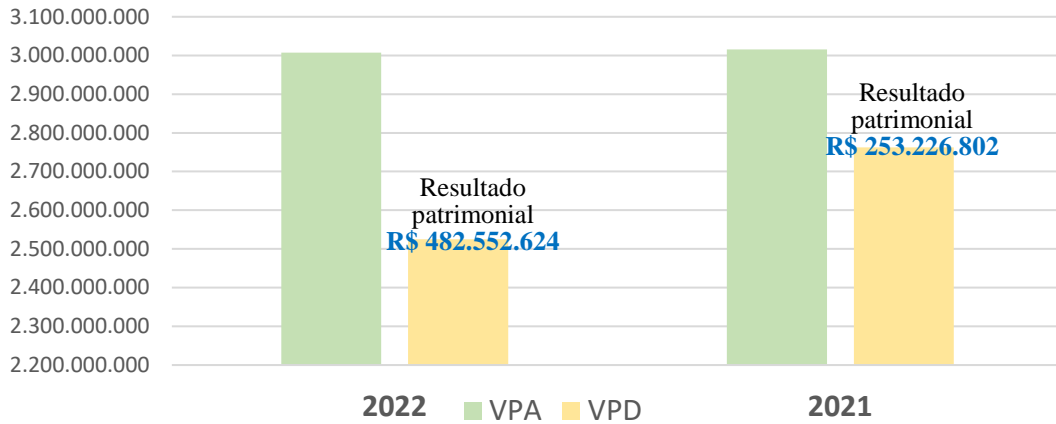


Demonstração das Variações Patrimoniais

A DVP evidencia as alterações apresentadas no patrimônio no período em análise, fazendo o confronto entre a Variação Patrimonial Aumentativa e a Diminutiva. O resultado do exercício de 2022 apresentou um superávit de R\$ 482.552.624 (figura 03).

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS			
	Nota	2022	2021
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	14	3.007.280.062	3.015.344.609
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		3.836.795	2.524.551
Taxas		3.836.795	2.524.551
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		1.486.760.178	1.967.663.941
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços		1.486.760.178	1.967.663.941
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		38.698.374	1.071.632
Juros e Encargos de Mora		38.698.374	1.071.632
Transferências e Delegações Recebidas		875.026.654	712.954.228
Transferências Intragovernamentais		826.023.290	711.195.910
Outras Transferências e Delegações Recebidas		49.003.364	1.758.318
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		16.479.151	2.382.815
Ganhos com Alienação		-	773.925
Ganhos com Incorporação de Ativos		12.917.861	932.473
Ganhos com Desincorporação de Passivos		3.561.290	676.416
Reversão de Redução ao Valor Recuperável		-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		586.478.910	328.747.442
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		586.478.910	328.747.442
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	15	2.524.727.438	2.762.117.806
Pessoal e Encargos		250.049.951	248.041.262
Remuneração a Pessoal		201.298.909	197.988.357
Encargos Patronais		39.178.962	40.258.586
Benefícios a Pessoal		7.025.116	7.216.216
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos		2.546.964	2.578.104
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		26.856.218	26.467.336
Aposentadorias e Reformas		19.985.978	19.875.604
Pensões		4.945.243	4.345.682
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		1.924.996	2.246.051
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		214.500.290	250.932.837
Uso de Material de Consumo		2.334.725	2.904.080
Serviços		203.679.755	238.753.539
Depreciação, Amortização e Exaustão		8.485.811	9.275.218
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		20.228.704	17.765.786
Juros e Encargos de Mora		71.415	28
Descontos Financeiros Concedidos		20.157.289	17.765.757
Transferências e Delegações Concedidas		1.954.717.008	2.204.871.567
Transferências Intragovernamentais		1.913.264.388	2.203.125.719
Transferências ao Exterior		-	16.129
Outras Transferências e Delegações Concedidas		41.452.620	1.729.720
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		54.161.390	10.415.954
Perdas Involuntárias		142.733	1.498.599
Desincorporação de Ativos		54.018.657	8.917.355
Tributárias		4.139.825	3.546.404
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		933.289	1.083.252
Contribuições		3.206.536	2.463.151
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		74.051	76.660
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		74.051	76.660
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO		482.552.624	253.226.802

Figura 3 – Resultado Patrimonial do Período – Comparativo



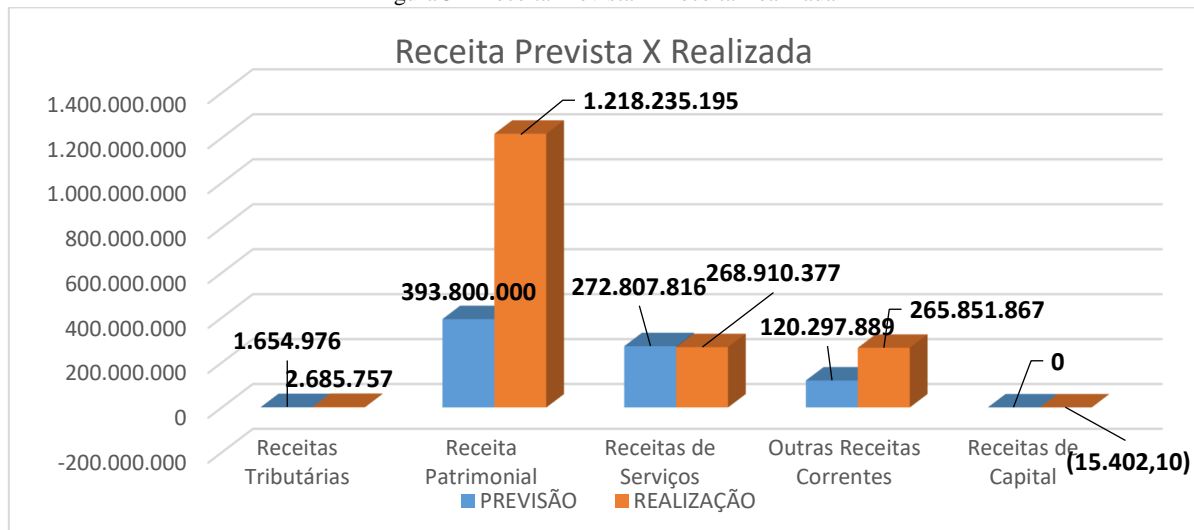
Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário – BO demonstra as receitas previstas e as despesas fixadas evidenciadas por categoria econômica em confronto com as execuções orçamentárias, ressaltando as atualizações de previsão e dotação revistas no decorrer do exercício.

Figura 4 – Índices Orçamentários

Realização da Receita	222,64%	A realização da receita demonstra o quanto foi arrecadado em relação ao previsto para o exercício. O excesso de arrecadação apresentado no período decorreu da antecipação de valores recolhidos pela Vale S.A. referente à outorga da Estrada de Ferro Carajás.
Execução da Despesa	59,97%	A execução da despesa se refere ao valor total empenhado em relação à dotação atualizada.
Resultado Orçamentário	220,29%	O resultado orçamentário demonstra que a Receita realizada (R\$ 1.755.667.793) superou em 220,29% em relação ao total da despesa empenhada, equivalendo à diferença de R\$ 1.207.517.292 da arrecadação em relação ao total da despesa empenhada de R\$ 548.150.501.

Figura 5 – Receita Prevista X Receita Realizada



BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITAS CORRENTES	788.560.681	788.560.681	1.755.683.195	967.122.514
Receitas Tributárias	1.654.976	1.654.976	2.685.757	1.030.781
Taxas	1.654.976	1.654.976	2.685.757	1.030.781
Receita Patrimonial	393.800.000	393.800.000	1.218.235.195	824.435.195
Delegação de Serviços Públicos	393.800.000	393.800.000	1.218.235.195	824.435.195
Receitas de Serviços	272.807.816	272.807.816	268.910.377	-3.897.440
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	272.807.816	272.807.816	268.910.377	-3.897.440
Outras Receitas Correntes	120.297.889	120.297.889	265.851.867	145.553.978
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	120.297.889	120.297.889	265.763.612	145.465.723
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	88.255	88.255
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-15.402	-15.402
Alienação de Bens	-	-	-15.402	-15.402
Alienação de Bens Móveis	-	-	-15.402	-15.402
TOTAL DE RECEITAS	788.560.681	788.560.681	1.755.667.793	967.107.112
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS	-	2.367.864	-	-2.367.864
Excesso de Arrecadação	-	1.334.227	-	-
Créditos Cancelados	-	1.033.637	-	-

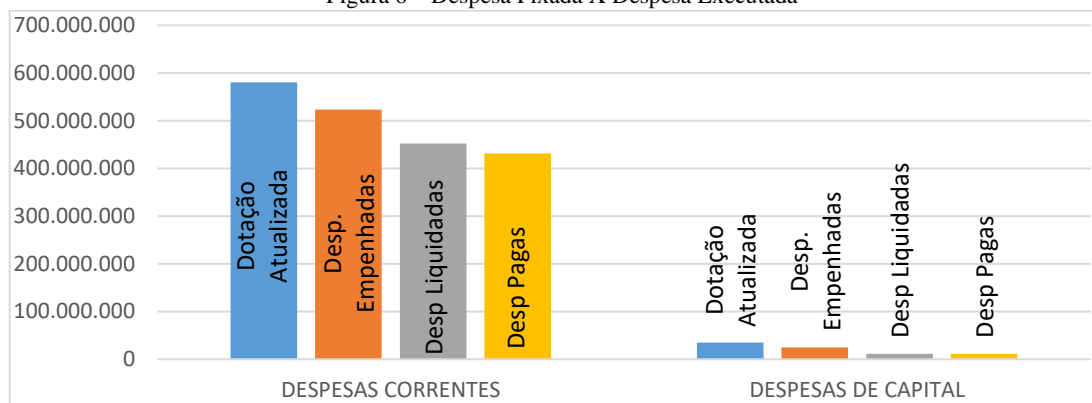
Obs. A abertura de créditos adicionais, bem como os créditos cancelados decorrentes de anulação de dotações orçamentárias, foram autorizados por meio das Portarias SETO/ME 4.921, DE 31 DE MAIO DE 2022 e SETO/ME Nº 5.058, DE 3 DE JUNHO DE 2022

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESA							
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Nota	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES		594.282.775	580.150.639	523.374.579	452.341.846	431.438.567	56.776.060
Pessoal e Encargos Sociais		259.244.908	261.756.911	260.217.224	259.867.050	242.267.065	1.539.687
Juros e Encargos da Dívida		-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes		335.037.867	318.393.728	263.157.355	192.474.795	189.171.502	55.236.373
DESPESAS DE CAPITAL		18.357.458	34.857.458	24.775.922	11.013.935	11.010.442	10.081.536
Investimentos		18.357.458	34.857.458	24.775.922	11.013.935	11.010.442	10.081.536
SUBTOTAL DAS DESPESAS		612.640.233	615.008.097	548.150.501	463.355.780	442.449.009	66.857.596
RESERVA DE CONTINGÊNCIA		298.991.993	298.991.993	-	-	-	298.991.993
TOTAL DAS DESPESAS		911.632.226	914.000.090	548.150.501	463.355.780	442.449.009	365.849.589

SUPERAVIT (Receita Realizada - Despesa Executada)				1.207.517.292			-1.207.517.292
TOTAL		911.632.226	914.000.090	1.755.667.793	463.355.780	442.449.009	-841.667.703

Obs. Os valores apresentados de Despesas Empenhadas, Liquidadas e Pagas consideram a totalidade dos créditos do Órgão, inclusive os relativos às notas de empenho decorrentes da descentralização orçamentária dos destaques recebidos do PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO (ver Nota 17).

Figura 6 – Despesa Fixada X Despesa Executada



DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Nota	INSCRITOS EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31/12/2021	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		17.988.437	48.839.513	26.353.275	26.193.167	20.168.241	20.466.543
Pessoal e Encargos Sociais		-	433.449	205.832	205.832	-	227.616
Outras Despesas Correntes		17.988.437	48.406.064	26.147.443	25.987.334	20.168.241	20.238.927
DESPESAS DE CAPITAL		325.913	2.793.942	3.021.700	3.021.700	98.155	-
Investimentos		325.913	2.793.942	3.021.700	3.021.700	98.155	-
TOTAL		18.314.350	51.633.455	29.374.975	29.214.866	20.266.396	20.466.543

DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Nota	INSCRITOS EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31/12/2021	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESAS CORRENTES		1.054.995	21.840.066	20.234.085	273	2.660.704
Pessoal e Encargos Sociais		460	17.777.915	17.777.915	-	460
Outras Despesas Correntes		1.054.536	4.062.151	2.456.170	273	2.660.244
DESPESAS DE CAPITAL		4.274	-	4.274	-	-
Investimentos		4.274	-	4.274	-	-
TOTAL		1.059.269	21.840.066	20.238.358	273	2.660.704

Execução RPNP

70,74%

Execução RPP

88,38%

Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro – BF evidencia as receitas e despesas orçamentárias, os ingressos e dispêndios extraorçamentários e os saldos de caixa inicial e final no exercício. A variação do saldo financeiro aumentou em 40,55% correspondendo a um acréscimo de R\$ R\$ 220.496.208 no caixa da ANTT.

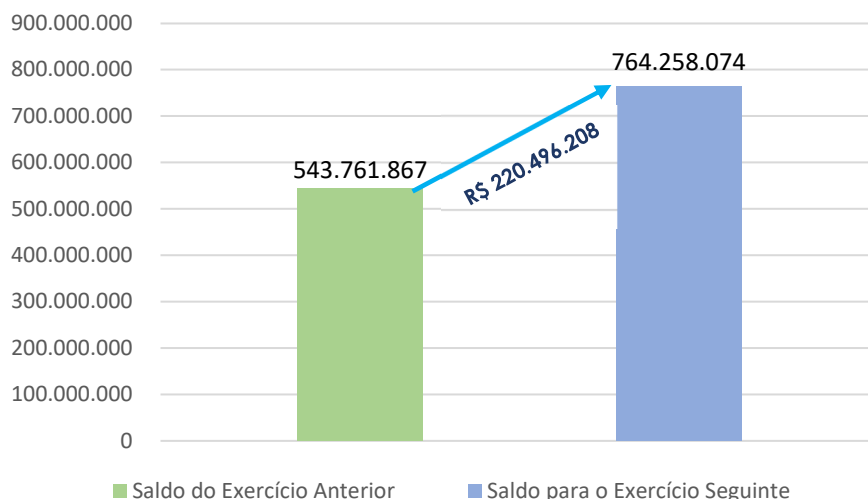
BALANÇO FINANCEIRO - BF					
ESPECIFICAÇÃO	2022	2021	ESPECIFICAÇÃO	2022	2021
Receitas Orçamentárias	1.755.667.793	2.135.688.057	Despesas Orçamentárias	548.150.501	534.296.977
Ordinárias	-	-	Ordinárias	95.243.424	53.941.195
Vinculadas	1.820.873.992	2.165.853.350	Vinculadas	452.907.077	480.355.781
Previdência Social (RPPS)	-	-	Seguridade Social (Exceto Previdência)	24.715.185	10.573.995
Alienação de Bens e Direitos		774.517	Previdência Social (RPPS)	-	8.740.950
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	1.820.873.992	2.165.078.833	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	428.191.892	461.040.837
(-) Deduções da Receita Orçamentária	(65.206.199)	(30.165.294)			
Transferências Financeiras Recebidas	825.838.700	711.195.910	Transferências Financeiras Concedidas	1.912.626.552	2.203.125.719
Resultantes da Execução Orçamentária	373.780.068	407.125.505	Resultantes da Execução Orçamentária	4.326.835	17.488.242
Cota Recebida	370.049.875		Repassé Concedido	708.350	708.034
Repassé Recebido	111.709	390.358.962	Sub-repassé Concedido	3.618.484	16.766.543
Sub-repassé Recebido	3.618.484	16.766.543	Repassé Devolvido		13.665
Independentes da Execução Orçamentária	452.058.632	304.070.404	Independentes da Execução Orçamentária	1.908.299.717	2.185.637.476
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	24.048.393	22.120.408	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	2.702.593	747.376
Demais Transferências Recebidas	330.309	209.528	Demais Transferências Concedidas		43.700
Movimentação de Saldos Patrimoniais	427.671.435	281.740.468	Movimento de Saldos Patrimoniais	1.905.588.628	2.184.846.400
Movimentações para Incorporação de Saldos	8.495		Movimentações para Incorporação de Saldos	8.495	
Recebimentos Extraorçamentários	150.177.216	76.989.820	Pagamentos Extraorçamentários	50.410.449	52.734.484
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	20.906.771	21.840.066	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	20.238.358	17.533.664
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	84.794.721	51.633.455	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	29.214.866	33.873.282
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	544.731	1.327.539	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	544.731	1.327.539
Outros Recebimentos Extraorçamentários	43.930.993	2.188.760	Outros Pagamentos Extraorçamentários	412.494	-
Saldo do Exercício Anterior	543.761.867	410.045.260	Saldo para o Exercício Seguinte	764.258.074	543.761.867
Caixa e Equivalentes de Caixa	543.761.867	410.045.260	Caixa e Equivalentes de Caixa	764.258.074	543.761.867
TOTAL	3.275.445.576	3.333.919.046	TOTAL	3.275.445.576	3.333.919.046

Demonstração do Fluxo de Caixa

A Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC evidencia as movimentações ocorridas no caixa e equivalentes destacando o fluxo de ingresso/desembolso das atividades operacionais e das atividades de investimento. A geração líquida no caixa de R\$ 220.496.208 corrobora com o resultado apresentado no Balanço Financeiro (Figura 07).

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA - DFC			
	Nota	2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	19	234.548.025	134.800.811
INGRESSOS		2.625.997.619	2.849.626.264
Receita Tributária		2.685.757	1.767.186
Receita Patrimonial		1.218.235.195	1.739.765.719
Receita de Serviços		268.910.377	227.905.180
Outras Receitas Derivadas e Originárias		265.851.867	165.476.046
Outros Ingressos Operacionais		870.314.424	714.712.132
Ingressos Extraorçamentários		544.731	1.327.539
Restituições a Pagar			961
Transferências Financeiras Recebidas		825.838.700	711.195.910
Arrecadação de Outra Unidade		43.930.993	2.184.274
Demais Recebimentos			3.448
DESEMBOLSOS		(2.391.449.594)	(2.714.825.452)
Pessoal e Demais Despesas		(440.672.198)	(466.247.489)
Administração		(17.342)	(22.440)
Previdência Social		(24.804.789)	(23.371.931)
Transporte		(415.797.025)	(442.808.367)
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento		(77)	77
Transferências Concedidas		(37.193.697)	(44.124.706)
Intragovernamentais		(37.193.697)	(44.108.577)
Outras Transferências Concedidas		-	(16.129)
Outros Desembolsos Operacionais		(1.913.583.699)	(2.204.453.257)
Dispêndios Extraorçamentários		(544.731)	(1.327.539)
Pagamento de Restituições de Exercícios Anteriores		(1.077)	
Transferências Financeiras Concedidas		(1.912.626.552)	(2.203.125.719)
Demais Pagamentos		(411.341)	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	19	(14.051.818)	(1.084.205)
DESEMBOLSOS		(14.036.416)	(1.858.129)
Aquisição de Ativo Não Circulante		(14.002.071)	(1.732.734)
Outros Desembolsos de Investimentos		(34.344)	(125.395)
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		220.496.208	133.716.607
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		543.761.867	410.045.260
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		764.258.074	543.761.867

Figura 7 – Variação do Caixa e Equivalente de Caixa



BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, referentes ao exercício de 2022, foram elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-Lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI.

As considerações apontadas são realizadas a partir das informações obtidas com a interação e os controles das áreas organizacionais da Agência e, também, a partir dos registros realizados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

As demonstrações analisadas se referem ao:

- I. Balanço Patrimonial (BP);
- II. Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP);
- III. Balanço Orçamentário (BO);
- IV. IV. Balanço Financeiro (BF) e
- V. Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC)

A metodologia adotada baseou-se nas análises vertical e horizontal das variações ocorridas entre o período de 01/01/2022 a 31/12/2022.

RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

Os principais critérios e políticas contábeis adotados nas demonstrações são os seguintes:

- a. Moeda funcional: os saldos das demonstrações contábeis estão apresentados pela moeda funcional da União que é o “Real”. Não há valores em moeda estrangeira.
- b. Caixa e Equivalente de Caixa: são mensurados pelo valor de custo. O saldo se refere aos valores de Limite de Saque com vinculação de pagamento relativos às Programações Financeiras e aos valores diretamente arrecadados referentes à receita própria da ANTT.
- c. Demais Créditos a Curto Prazo: composto pelos adiantamentos concedidos a pessoal referentes ao 13º salário. Ainda não estão contemplados os créditos a curto prazo decorrentes das multas por infração aplicadas pela ANTT, visto que ainda não foi desenvolvida uma funcionalidade no sistema que possa fornecer essas informações de créditos a receber. Registram-se também neste subgrupo os créditos a receber decorrente dos desembolsos financeiros para atender aos Termos de Execução Descentralizada firmados por órgãos e entidades do mesmo ente federativo da União.
- d. VPDs pagas antecipadamente: composto pelo pagamento de prestação de serviços, cujo fato gerador ainda irá ocorrer conforme as datas já inseridas no cronograma de despesas.
- e. Estoques: são compostos pelos bens de almoxarifado cujo sistema utilizado para controle é o Sistema Integrado de Administração e Serviços - SIADS, que adota o Custo Médio Ponderado – CMP como o método de mensuração e avaliação das saídas dos estoques.
- f. Ativo Realizável a Longo Prazo: compreende os créditos a receber a longo prazo referente à Dívida Ativa Não Tributária registrados conforme as informações mensais repassadas pela PGF-ANTT. Conforme mencionado no item “c”, não há informações consolidadas disponíveis em relação aos créditos a receber decorrentes das multas aplicadas pela ANTT, motivo pelo qual, também não estão evidenciados no ARLP.

- g. Dívida Ativa: tendo em vista o não reconhecimento dos direitos de crédito a receber no Ativo da ANTT, verificou-se que o registro da Dívida Ativa não está sendo realizado conforme o item 2.3.8 da Macrofunção 021112. Assim, para atenuar o impacto indevido de VPA no resultado do exercício, identificou-se os valores dos autos de infração anteriores ao exercício vigente para registro de Ajuste de Exercícios Anteriores, permanecendo somente os autos do atual exercício como VPA de Dívida Ativa.
- h. Ajuste para perdas da Dívida Ativa - LP: O histórico de recebimentos dos créditos inscritos em dívida ativa, informados pela PGF-ANTT, é a única base disponível no momento que possibilita uma metodologia do cálculo de ajuste de perdas. Contudo, dada a dificuldade de mensuração desses estoques de recebíveis, em decorrência das limitações de integração dos sistemas, o valor registrado pode não espelhar adequadamente a situação patrimonial. Faz-se necessário o aprimoramento de critérios que melhor retratem o comportamento da recuperabilidade dos créditos inscritos em dívida ativa, para fins da evidenciação do Ajuste para Perdas.
- i. Imobilizado: compreende os bens móveis e imóveis. Os bens móveis são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição sujeitos à apropriação mensal de depreciação, cujo controle patrimonial é realizado pelo Sistema Integrado de Administração e Serviços - SIADS. Estes bens ainda não passaram pelo critério de reavaliação e redução ao valor recuperável, visto que esta funcionalidade ainda está em fase de implementação no SIADS. Há um aumento neste subgrupo devido ao registro que se refere à cessão gratuita de imóvel de propriedade da União à ANTT, para fins de instalações do Escritório da Agência no município de São Paulo, pelo prazo de 10 anos, conforme Processos SEI nº 10154.170724/2021-52/10880.032823/94-15 e Extrato de Cessão publicado na Seção 3 do DOU de 15/03/2022. O controle dos bens imóveis é realizado pelo Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet).
- j. Intangível: corresponde às licenças de marcas utilizadas pela ANTT e reconhecidas pelo custo de aquisição, bem como às aquisições de softwares com vida útil indefinida, cuja classificação é realizada conforme especificações da área técnica da Superintendência de Tecnologia da Informação - SUTEC.
- k. Depreciação e Amortização: a depreciação dos bens móveis é calculada automaticamente pelo Sistema SIADS utilizando o método de quotas constantes além da tabela definida pela Coordenação Geral de Contabilidade – CCONT da Secretaria do Tesouro Nacional - STN. Para tanto, leva-se em consideração o tempo de vida útil econômica do bem, o qual é calculado em função do prazo em que é possível obter o seu retorno econômico, considerando o desgaste físico decorrente do uso e da capacidade de geração de benefícios econômicos futuros.

A amortização do intangível se refere à utilização da Marca da ANTT cujo método adotado é o de quotas constantes com base no prazo de vigência de uso.

O registro da depreciação de bens imóveis decorre da transferência, via SPIUnet, do imobilizado de propriedade da União concedido à ANTT para instalações do Escritório Regional de SP (ver nota 5.1.3)

Cabe destacar que os procedimentos para registro da depreciação e amortização na Administração Pública Direta da União, suas Autarquias e Fundações, tem como base legal a Lei nº 4.320/64, a LC nº 101/2000, as NBC TSP, o MCASP e a Lei nº 10.180/2001. Os procedimentos contábeis estão descritos, de maneira mais detalhada, no Manual SIAFI, Macrofunção 02.03.30, disponível no sítio da Secretaria do Tesouro Nacional. Especificamente no caso dos bens imóveis, a depreciação é calculada segundo o Parábola de Kuntzle, conforme Portaria Conjunta STN/SPU nº 3/2014.

- l. Passivo Circulante: compreende as obrigações a curto prazo envolvendo os Fornecedores Nacionais e demais créditos a curto prazo, cujos registros foram reconhecidos pelo valor apresentado em documento hábil próprio, primando pelo atendimento ao Princípio da Competência, sempre que possível.
- m. Passivo Não Circulante: composto pela provisão de indenizações de riscos cíveis, calculada e atualizada conforme os critérios técnicos e valores informados pela respectiva área responsável.
- n. Ativos e Passivos Contingentes: embora não sejam reconhecidos nas demonstrações contábeis, houve os registros em contas de controles, tendo em vista a relevância dos valores que porventura poderão impactar o patrimônio da ANTT, levando-se em consideração a sua provável realização.
- o. Reestruturação da ANTT: a reestruturação foi aprovada no Regimento Interno (Resolução ANTT N° 5.976, de 07/04/2022), a qual centralizou a execução orçamentária e financeira na Unidade Gestora 393001 da Sede, decaindo a independência desta execução nas antigas unidades gestoras (URMA, URCE, URMG, URRJ, URSP e URRS). Ressalte-se que as respectivas UGs ainda estão com o status de Executora no SIAFI até a conclusão da transferência dos bens móveis e almoxarifado para a Sede.
- p. Resultado Patrimonial: o cálculo do resultado patrimonial implica a confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e das Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD). Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício, que, em 2022, foi superavitário em R\$ 482.552.624, conforme detalhamento apresentado na Demonstração das Variações Patrimonial - DVP.
- q. Resultado Orçamentário: o resultado orçamentário decorre do confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário e calculado pela diferença entre a receita realizada e a despesa empenhada no exercício. O exercício de 2002 apresentou um resultado orçamentário superavitário em R\$ 1.207.517.292.
- r. Resultado Financeiro: o resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da entidade. No Balanço Financeiro é possível realizar a apuração do resultado financeiro. É possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa, pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa. O aumento na conta de Limite de Saque em 2022 foi no valor de R\$ 220.496.208.
Ressalte-se que há ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial, levando-se em consideração os compromissos inscritos em RP, conforme previsto na Lei 4.320/1964. Este cálculo leva em consideração a diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, cujo resultado no período também foi superavitário, apurando-se o valor de R\$ 635.374.146.

NOTAS EXPLICATIVAS

Nota 01 – Ativo Circulante e Não Circulante

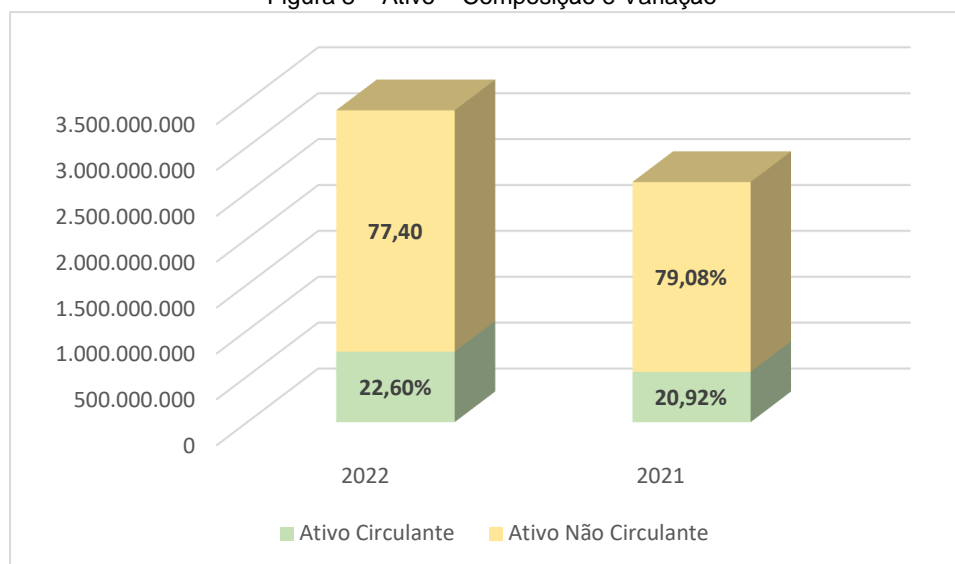
A classe do Ativo compõe-se de 22,60% de Ativo Circulante e de 77,40% de Ativo Não Circulante. Verifica-se, que no total, houve um acréscimo de 29,88% no período, sendo que o aumento do grupo circulante foi de 40,32%, já o não circulante aumentou em 27,12% (Tabela 1).

Tabela 1 – Ativo – Variação e Composição

	31/12/2022	31/12/2021	AH	AV
Ativo Circulante	768.173.085	547.446.600	40,32%	22,60%
Ativo Não Circulante	2.630.480.425	2.069.243.118	27,12%	77,40%
TOTAL DO ATIVO	3.398.653.511	2.616.689.718	29,88%	100,00%

Fonte: SIAFI

Figura 8 – Ativo – Composição e Variação



Os subgrupos que compõem o Ativo Circulante estão relacionados na Tabela 02 com as suas respectivas variações.

Tabela 2 – Ativo Circulante – Variação e Composição

	31/12/2022	31/12/2021	AH	AV
Caixa e Equivalentes de Caixa	764.258.074	543.761.867	40,55%	99,49%
Demais Créditos e Valores CP	3.156.702	2.887.060	9,34%	0,41%
Estoques	758.230	640.524	18,38%	0,10%
VPDs de Serviços Pagos Antecipadamente	80	157.149	-99,95%	0,00%
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	768.173.085	547.446.600	40,32%	100,00%

Fonte: SIAFI

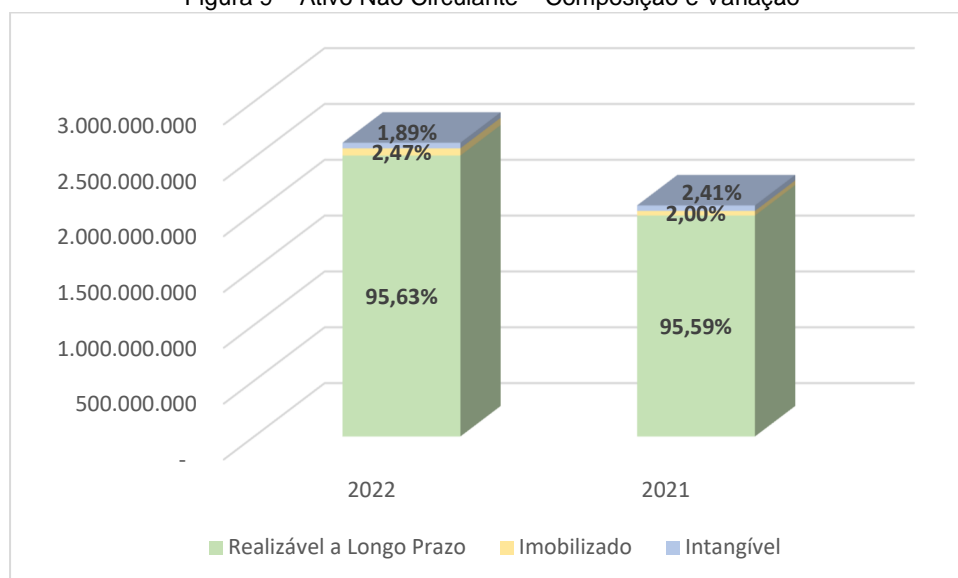
No que se refere ao Ativo Não Circulante (Tabela 3), a maior composição deste grupo corresponde ao subgrupo Realizável a Longo Prazo, cujo percentual de 95,63% corresponde, em sua totalidade, aos registros da Dívida Ativa. Já as variações dos demais subgrupos representam as aquisições de bens móveis, a incorporação de bens imóveis cedidos e o registro dos softwares adquiridos no período.

Tabela 3 – Ativo Não Circulante – Variação e Composição

	31/12/2022	31/12/2021	AH	AV
Realizável a Longo Prazo	2.515.573.829	1.978.063.418	27,17%	95,63%
Imobilizado	65.092.717	41.365.792	57,36%	2,47%
Intangível	49.813.879	49.813.908	0,00%	1,89%
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.630.480.425	2.069.243.118	27,12%	100,00%

Fonte: SIAFI

Figura 9 – Ativo Não Circulante – Composição e Variação



Nota 02 – Caixa e Equivalente de Caixa

O subgrupo Caixa e Equivalente de Caixa é composto pelos recursos arrecadados da Fonte própria e pelos liberados pelo Tesouro, destacando-se a maior representatividade para a Fonte 50.

Tabela 4 – Caixa e Equivalente de Caixa – Composição

FONTE	UG 393001 – Setorial Financeira	AV
0100	14.762.015	1,93%
0129	3.149.679	0,41%
0150	361.949.780	47,36%
0151	1.961.122	0,26%
0163	758.523	0,10%
0174	16.446	0,00%
0188	190.542	0,02%
0250	381.469.967	49,91%
Total	764.258.074	100,00%

Fonte: SIAFI

Nota 03 – Créditos a Curto Prazo

Os valores que compõem este subgrupo estão relacionados na Tabela 05. O saldo em Adiantamento de 13º decorre do pagamento da antecipação em 31/12/2022 aos servidores que solicitaram férias com pedido de adiantamento da primeira parcela do décimo terceiro referente ao exercício de 2023.

Em relação aos créditos a receber, ainda não há informações sistematizadas para efetuar os registros decorrentes das multas aplicadas por parte da ANTT, sendo as mesmas contabilizadas apenas quando da efetiva arrecadação.

Tabela 5 – Demais Créditos e Valores a Curto Prazo – Variação e Composição

	31/12/2022	31/12/2021	AH	AV
13º Adiantamento	2.925.064	2.637.010	10,92%	92,66%
Salários e Ordenados - Pagamento Antecipado	231.637	250.050	-7,36%	7,34%
TOTAL DEMAIS CRÉDITOS E VALORES CP	3.156.702	2.887.060	9,34%	100,00%

Fonte: SIAFI

Nota 04 – Ativo Realizável a Longo Prazo

Os valores de Dívida Ativa são registrados com base nos relatórios extraídos do Sistema SAPIENS da AGU e encaminhados mensalmente pela Procuradoria Federal/ANTT. Na revisão dos procedimentos destes registros, verificou-se que atualmente ainda não é possível atender ao previsto no item 2.3.8 da Macrofunção 021112 “Somente poderão ser encaminhados para inscrição em Dívida Ativa os créditos vencidos, anteriormente reconhecidos e registrados no Ativo do Ente Público.” De forma a atenuar a distorção de valores de VPA, os registros são realizados da seguinte forma: os valores relativos aos autos de infração inscritos em dívida referentes a exercícios anteriores a 2022 serão registrados como Ajuste de Exercício Anterior – AJE, já os valores relativos aos autos de infração de 2022 serão reconhecidos como VPA de Dívida Ativa. Este procedimento será mantido até que se viabilize meios para obtenção de dados por competência dos créditos a receber, tendo em vista a materialidade e a relevância dos valores evidenciados de Dívida Ativa.

Tabela 6 – Créditos a Longo Prazo – Variação e Composição

	31/12/2022	31/12/2021	AH	AV
Dívida Ativa Não Tributária	2.597.692.511	2.060.182.099	26,09%	103,26%
(-) Ajustes para Perdas de Créditos LP	-82.118.682	-82.118.682	0,00%	-3,16%
TOTAL DO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2.515.573.829	1.978.063.418	27,17%	100,10%

Fonte: SIAFI

Nota 05 - Imobilizado

O Imobilizado da ANTT está composto por bens móveis e bens imóveis, totalizando o valor líquido de R\$ 65.092.717 (deduzido das respectivas depreciações). Conforme verifica-se na tabela 7, o acréscimo no período de 57,36% se deve à aquisição de bens móveis, destacando-se o item de veículos (ver tabela 8) e à transferência do bem imóvel da União cedido para uso das instalações do Escritório da ANTT no município de São Paulo (ver Nota 5.3).

Tabela 7 – Imobilizado – Variação e Composição

	31/12/2022	31/12/2021	AH	AV
Bens Móveis	58.342.597	41.365.792	41,04%	89,63%
Bens Imóveis	6.750.121	-	-	10,37%
TOTAL DO IMOBILIZADO – VR líquido contábil	65.092.717	41.365.792	57,36%	100,00%

Fonte: SIAFI

Obs. O saldo de bens móveis está superavaliado em R\$ 10.755.557,67, visto o registro indevido de Bens Móveis em Almoxarifado relativo à aquisição de veículos neste valor, cuja baixa foi providenciada no SIAFI2023 como Ajuste de Exercícios Anteriores.

5.1 BENS MÓVEIS

Os bens móveis estão registrados pelo critério do custo de aquisição e a respectiva depreciação. O critério de mensuração (reavaliação/redução ao valor recuperável) destes bens ainda não foi revisto, visto que a funcionalidade para permitir estes registros está em desenvolvimento no SIADS.

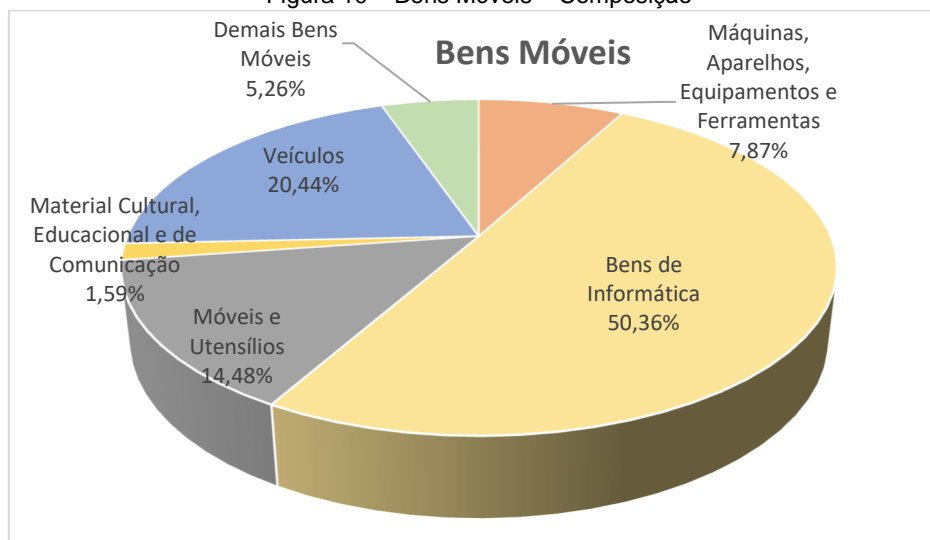
Tabela 8 – Bens Móveis – Variação e Composição

	31/12/2022	31/12/2021	AH	AV
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	10.018.887,35	8.948.755,12	11,96%	7,87%
Bens de Informática	64.118.964,86	62.024.526,86	3,38%	50,36%
Móveis e Utensílios	18.435.176,51	18.112.878,95	1,78%	14,48%
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	2.024.238,31	1.776.401,73	13,95%	1,59%
Veículos	26.031.302,76	15.378.641,40	69,27%	20,44%
Demais Bens Móveis	6.695.603,82	6.659.327,67	0,54%	5,26%
Depreciação Acumulada de Bens Móveis	- 79.737.134,53	- 71.534.739,24	11,47%	-62,63%
TOTAL BENS MÓVEIS VALOR LÍQUIDO	47.587.039	41.365.792	15,04%	37,37%
TOTAL BENS MÓVEIS VALOR BRUTO	127.324.174	101.413.505	25,55%	100,00%

Fonte: SIAFI - * a análise vertical foi realizada com base no valor bruto dos bens móveis, desconsiderando o valor depreciado.

OBS. Para apurar a percentualidade correta de cada item dos bens móveis, excluiu-se da tabela acima o saldo referente aos Bens Móveis em Almoxarifado no valor de R\$ 10.755.557,67, que se refere ao registro em estoque interno dos veículos adquiridos no período, cujos bens já haviam sido registrados quando do momento do pagamento e respectiva liquidação da nota de empenho via SIAFI. As providências de regularização já foram tomadas no SIAFI/2023.

Figura 10 – Bens Móveis – Composição



5.2 DEPRECIÇÃO ACUMULADA DE BENS MÓVEIS

A depreciação dos bens móveis é calculada automaticamente pelo Sistema SIADS utilizando o método de quotas constantes mediante tabela definida pela Coordenação Geral de Contabilidade – CCONT da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, em que se leva em consideração o tempo de vida útil econômica do bem, o desgaste físico decorrente do uso e da capacidade de geração de benefícios econômicos futuros.

Tabela 09 – Depreciação Acumulada Bens Móveis – Composição

	31/12/2022
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos e Ferramentas	-4.821.978
Bens de Informática	-47.956.208
Móveis e Utensílios	-12.491.852
Material Cultural, Educacional e de Comunicação	-1.391.195
Veículos	-7.300.873
Demais Bens Móveis	-5.775.028
TOTAL BENS MÓVEIS	-79.737.135

Fonte: SIAFI

5.3 BENS IMÓVEIS

O registro do imobilizado se refere à cessão gratuita de imóvel de propriedade da União à ANTT, para fins de instalações do Escritório da Agência no município de São Paulo, pelo prazo de 10 anos, conforme Processos SEI nº 10154.170724/2021-52/10880.032823/94-15 e Extrato de Cessão publicado na Seção 3 do DOU de 15/03/2022. O imóvel sob as matrículas nº 91703 e 91704 e o RIP nº 7107.00537.500-4.

Tabela 9.a – Bens Imóveis – Variação e Composição

	31/12/2022	31/12/2021	AH	AV
Bens Imóveis	6.814.785	-	-	100,96%
(-) Depreciação/Amortização	-64.664	-	-	-0,96%
TOTAL DOS BENS MÓVEIS	6.750.121	-	-	100,00%

Fonte: SIAFI

Verifica-se que o imóvel já foi depreciado em 0,96% do seu valor histórico original, cujos cálculos são automaticamente realizados pelos critérios definidos no Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União (SPIUnet).

Nota 06 - Intangível

O subgrupo de intangíveis é essencialmente composto pelas aquisições de licenças de softwares com utilização por prazo indeterminado, conforme indicação técnica da área de Tecnologia da Informação da ANTT. Esses ativos ainda não passaram por testes individuais para avaliação de perdas ao valor recuperável e de revisão de vida útil indefinida. A funcionalidade de controle de intangíveis no SIADS foi implantada parcialmente, permitindo registrar os itens do SIAFI no sistema de controle patrimonial. Para as próximas evoluções será possível liquidar as aquisições no SIADS com reflexo automático no SIAFI.

Tabela 10 – Intangível – Variação e Composição

	31/12/2022	31/12/2021	AH	AV
Softwares com Vida Útil Indefinida	49.813.808	49.813.808	0,00%	100,00%
Marcas/Direitos e Patentes	438	438	0,00%	0,00%
(-) Amortização Acumulada Marcas, Direitos Pat.	-367	-338	8,47%	0,00%
TOTAL BENS INTANGÍVEIS	49.813.879	49.813.908	0,00%	100,00%

Fonte: SIAFI

Nota 07 – Passivo Exigível

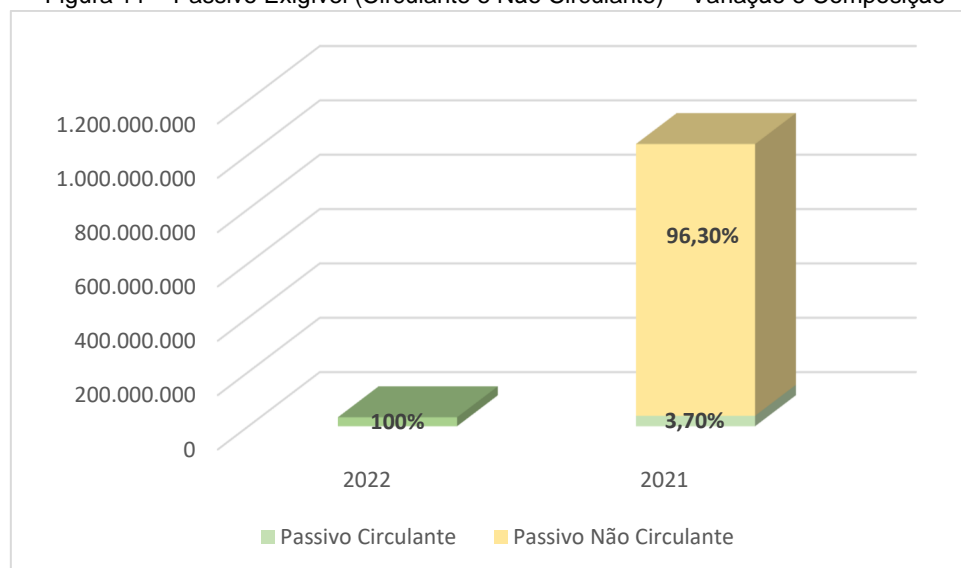
A classe Passivo compõe-se em sua totalidade pelo Passivo Circulante. A baixa total do Passivo Não Circulante é decorrente da reversão do registro da Provisão para Passivos Contingentes referente à ação originária ajuizada pela Empresa União Cascavel de Transportes e Turismo – EUCATUR LTDA (ver Nota 09).

Tabela 11 – Passivo Exigível (Circulante e Não Circulante) – Variação e Composição

	31/12/2022	31/12/2021	AH	AV
Passivo Circulante	32.987.825	38.376.903	-14,04%	100,00%
Passivo Não Circulante	0	1.000.094.839	-100,00%	0,00%
TOTAL DO PASSIVO	32.987.825	1.038.471.742	-96,82%	100,00%

Fonte: SIAFI

Figura 11 – Passivo Exigível (Circulante e Não Circulante) – Variação e Composição



Nota 08 – Passivo Circulante

As obrigações da ANTT estão evidenciadas por valores já conhecidos e registrados com suporte em documento hábil próprio. O reconhecimento das obrigações por regime de competência tem sido um critério adotado visando a evidenciação tempestiva das informações quando de conhecimento da GEORF, de forma especial no tocante às obrigações de Pessoal, Fornecedores e Contas a Pagar.

Tabela 12 – Passivo Circulante – Variação e Composição

	31/12/2022	31/12/2021	AH	AV
Obrigações Trabalh., Previd. e Assist. a Pagar CP	25.383.456	29.001.200	-12,47%	76,95%
Fornecedores e Contas a Pagar CP	1.907.634	1.395.888	36,66%	5,78%
Demais Obrigações a Curto Prazo	5.696.735	7.979.815	-28,61%	17,27%
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	32.987.825	38.376.903	-14,04%	100,00%

Fonte: SIAFI

O saldo de passivo em "Obrigações Trabalhistas, Previdenciária e Assistencial a Pagar", se deve aos valores de Salários e Ordenados cuja compensação das ordens bancárias ocorre somente no primeiro dia útil do mês subsequente. O saldo do item "Demais Obrigações a Curto Prazo" se deve aos saldos de tributos e contribuições retidos na folha de pagamento de pessoal, cujo recolhimento ocorre somente no mês subsequente com a liberação da ordem bancária.

Nota 09 – Passivo Não Circulante (Provisões a Longo Prazo)

A Provisão para perdas judiciais, evidenciada desde 28/12/2017, se refere à ação originária ajuizada pela Empresa EUCATUR LTDA contra a ANTT. Com base no processo de revisão para garantir o tratamento contábil adequado e, à luz da NBST-TSP 03, a CCONT/GEORF providenciou na data de 06/12/2022, a baixa da Provisão no Balanço Patrimonial com base nos pronunciamentos que a PGF/AGU vem mantendo no controle de revisão judicial, visto que a situação atual do processo judicial não contempla o requisito relativo à "estimativa confiável acerca do valor da obrigação". Houve também a baixa em Demais Provisões, devido à quitação integral dos precatórios alimentares e comuns da ANTT (PA 0007980-80.2015.4.04.8000).

Tabela 13 – Provisões a Longo Prazo – Variação e Composição

	31/12/2022	31/12/2021	AH	AV
Provisões para perdas judiciais/administrativas	-	1.000.000.000	-100%	-
Demais Provisões a Longo Prazo	-	94.839	-100%	-
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	-	1.000.094.839	-	-

Fonte: SIAFI

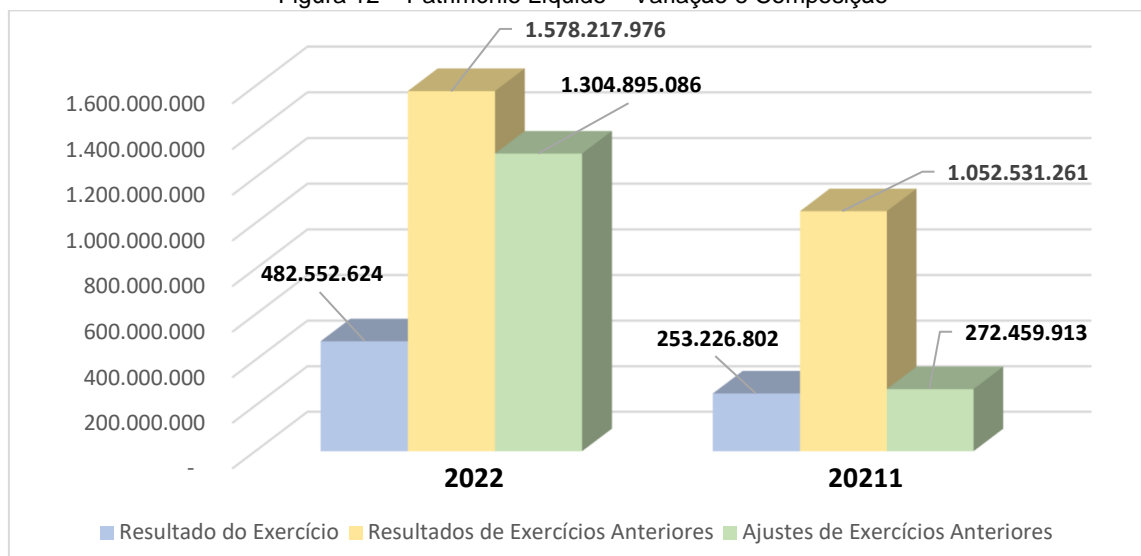
Nota 10 – Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido é composto pelo resultado apurado no período, acrescentando-se o resultado apurado em exercícios anteriores, além dos registros de ajustes que não se referem ao atual exercício. A variação relevante em AJE se deve à baixa da Provisão mencionada na Nota 09, em decorrência de alteração de procedimentos contábeis decorrentes da revisão do registro em relação à ação ordinária da empresa EUCATUR e os posicionamentos da PGF/AGU.

Tabela 14 – Patrimônio Líquido – Variação e Composição

	31/12/2022	31/12/2021	AH	AV
Resultado do Exercício	482.552.624	253.226.802	90,56%	14,34%
Resultados de Exercícios Anteriores	1.578.217.976	1.052.531.261	49,94%	46,89%
Ajustes de Exercícios Anteriores	1.304.895.086	272.459.913	378,93%	38,77%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.365.665.686	1.578.217.976	113,26%	100%

Figura 12 – Patrimônio Líquido – Variação e Composição



O item referente ao Resultado do Exercício demonstra um resultado patrimonial superavitário que variou em 90,56%. (Tabela 15).

Tabela 15 – Resultado Patrimonial do Período – Composição

	31/12/2022	31/12/2021	AH
Variação Patrimonial Aumentativa - VPA	3.007.280.062	3.015.344.609	-0,27%
Variação Patrimonial Diminutiva - VPD	2.524.727.438	2.762.117.806	-8,59%
	482.552.624	253.226.802	90,56%

Fonte: SIAFI

Nota 11 – Passivos Contingentes

Os registros de Passivos Contingentes são decorrentes da recomposição do reequilíbrio econômico-financeiro dos Contratos de Concessões da Companhia de Concessão Rodoviária de Juiz de Fora – Rio S.A. – CONCOR (Contrato N° PG/138/95-00 – Termo Aditivo N° 12/2014) conforme informações repassadas pela área finalística responsável, cujos valores do cronograma de investimentos, relativos às obras da Nova Subida da Serra de Petrópolis, foram ajustados conforme Notas Técnicas SEI N° 1148/2019/GEFIR/SUINF/DIR, (0305942), de 13/05/2019, e N° 2083/2019/GEFIR/SUINF/DIR, (0716309), de 08/07/2019 e Deliberação n° 972, de 5/11/2019.

O aumento do percentual em 145,01% se deve à evidenciação de dois eventos, a saber: registro de valores decorrentes do Contrato de Concessão N° PG-156/95-00 da Concessionária Rio-Teresópolis - CRT, conforme Processo 50500.068890/2022-16 e Despacho GEGEF 11776143; registro da ação ordinária da EUCATUR LTDA com base nas definições do item 17.1 do MCASP, por se tratar de “uma obrigação presente resultante de eventos passados, da qual não é possível fazer uma estimativa confiável do valor da obrigação”.

Tabela 16 – Passivos Contingentes – Variação e Composição

	31/12/2022	31/12/2021	AH	AV
Passivos Contingentes Previstos	1.882.394.307	768.291.168	145,01%	100,00%
TOTAL DO PASSIVO CONTINGENTE	1.882.394.307	768.291.168	145,01%	100,00%

Fonte: SIAFI

Nota 12 – Ativos Contingentes

Os registros de Ativos Contingentes são decorrentes da proposta de ajuste final do Contrato de Concessão da CONCEPA (Contrato N° PG/016/97-00 – Termo Aditivo N° 13/2014), conforme informações, cálculos e atualizações encaminhados mensalmente pela área finalística responsável. Compõe-se também da atualização de valores decorrentes do encontro de contas em função do encerramento do Contrato de Concessão DNER/PG-154/94-00 com a Concessionária da Ponte Rio Niterói – CCR PONTE. De acordo com as informações repassadas pela área técnica (NT 3356/2021 - n. SEI 6851300), os cálculos inverteram em favor da ANTT deixando de se caracterizar como Provisão e passando a compor o Ativo Contingente.

Tabela 17 – Ativos Contingentes – Variação e Composição

	31/12/2022	31/12/2021	AH	AV
Ativos Contingentes Previstos	229.969.764	215.994.139	6,47%	12,22%
TOTAL DO ATIVO CONTINGENTE	229.969.764	215.994.139	6,47%	12,22%

Fonte: SIAFI

Nota 13 – Obrigações Contratuais

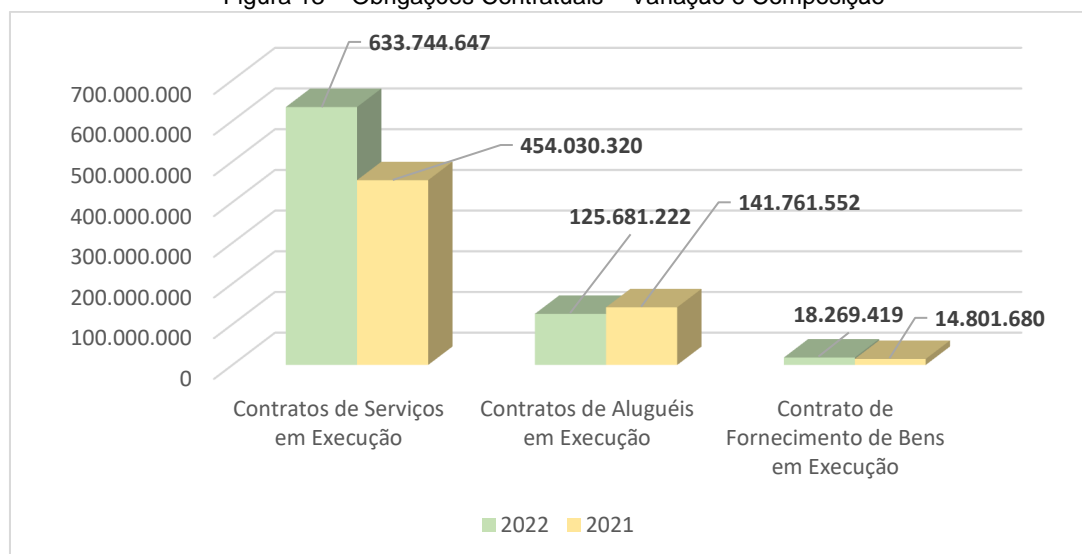
Os saldos das obrigações contratuais vigentes da ANTT estão evidenciados na classe de atos potenciais e se referem a contratos de serviços, aluguéis e de fornecimento de bens, conforme Tabela 18.

Tabela 18 – Obrigações Contratuais – Variação e Composição

	31/12/2022	31/12/2021	AH	AV
Contratos de Serviços em Execução	633.744.647	454.030.320	39,58%	81,49%
Contratos de Aluguéis em Execução	125.681.222	141.761.552	-11,34%	16,16%
Contrato de Fornecimento de Bens em Execução	18.269.419	14.801.680	23,43%	2,35%
TOTAL DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	777.695.288	610.593.552	23,00%	100,00%

Fonte: SIAFI

Figura 13 – Obrigações Contratuais – Variação e Composição



Nota 14 – Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA

Tabela 19 – Variações Patrimoniais Aumentativas – Variação e Composição

	31/12/2022	31/12/2021	AH	AV
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.836.795	2.524.551	51,98%	0,13%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.486.760.178	1.967.663.941	-24,44%	49,44%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	38.698.374	1.071.632	3511,16%	1,29%
Transferências e Delegações Recebidas	875.026.654	712.954.228	22,73%	29,10%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desinc. Passivos	16.479.151	2.382.815	591,58%	0,55%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	586.478.910	328.747.442	78,40%	19,50%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	3.007.280.062	3.015.344.609	-0,27%	100%

Fonte: SIAFI

14.1 A VPA de Tributos se refere à arrecadação de taxa de fiscalização do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros (Fonte 174), prevista na Lei nº 12.996/2014 e regulamentados por meio da Resolução ANTT nº 4.936/2015. Entretanto, em 05/01/2022 a Lei 14.298/2022 revogou o inciso III e § 3 do art. 77 que tratava da referida taxa de fiscalização. Assim os valores a serem arrecadados serão em relação aos fatos geradores ocorridos até fevereiro de 2022. Ressalte-se que esta VPA apresenta o valor bruto arrecadado, já o Balanço Orçamentário apresenta esta mesma receita considerando apenas o valor líquido em favor da ANTT, onde são descontados os 30% da DRU (Desvinculação de Receita da União) e outras deduções da receita que porventura houver.

14.2 A VPA classificada como Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos se refere às receitas de concessões e outorgas ferroviárias e rodoviárias (cujas nomenclaturas no Balanço Orçamentário são Receitas Patrimonial e de Serviços, respectivamente). O excesso de arrecadação apresentado no período se deve ao pagamento antecipado por parte da Vale S.A. referente à totalidade das parcelas vincendas do contrato e concessão da Estrada de Ferro Carajás.

14.3 As VPA's Financeiras se referem aos juros e encargos de mora das multas contratuais aplicadas às concessionárias. A variação superior a 3000% demonstra que foi realizado um montante de pagamentos relevantes relativo a multas contratuais em relação ao mesmo período no exercício anterior. Assim, em 31/08/2022 houve recolhimento por parte da Concessionária MRS Logística S/A relativo à revisão de contrato de concessão, do qual, o valor de juros e atualizações financeiras contribuíram de forma relevante para o aumento desta VPA.

14.4 As Transferências e Delegações Recebidas são os valores recebidos pela STN decorrentes das programações financeiras para pagamento das despesas de pessoal e custeio referente às Fontes 100, 129 e 174 relativas ao exercício e Restos a Pagar. Estão registradas também as doações e transferências mobiliárias concedidas internamente entre as UGs por meio do SIADS, motivo pelo qual há a compensação de movimentação patrimonial tanto na VPD, quanto na VPA. Do valor total desta VPA, em torno de 53% se refere a movimentação de saldos patrimoniais relativo a: descontos e abatimentos de multas pagas, retificações de GRU's e destinação de receita de arrecadação de honorários para a Advocacia Geral da União.

14.5 A Valorização e Ganhos com Ativos é composta pelas aquisições registrados no SIADS por meio de Nota de Lançamento referente à incorporação de material gráfico, cuja aquisição orçamentária é registrada como serviço, porém, a sua essência se refere a um bem patrimonial em estoque. O aumento da variação em relação ao período anterior se deve à desincorporação de passivo, referente a 50% do total da VPA, decorrente da transferência de precatório para a UG da Justiça Federal 2ª região. Houve também a incorporação de direito a receber no Ativo, que são registrados no subgrupo de créditos de curto prazo, no momento em que são realizados os desembolsos financeiros dos Termos de Execução Descentralizadas, que em contrapartida, são registrados como VPD quando da aprovação destes recursos e por consequência a desincorporação de Ativo.

14.6 O item Outras Variações Patrimoniais Aumentativas é composto de 46% da arrecadação de multas de poder de polícia decorrentes das infrações ocorridas na prestação de serviços de transportes rodoviários de passageiros/cargas; 52% referente ao registro patrimonial de inscrição de valores da dívida ativa, ficando o restante do percentual como reversão de provisão e indenizações/restituições da folha de pessoal.

Nota 15 – Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD

Tabela 20 – Variações Patrimoniais Diminutivas – Variação e Composição

	31/12/2022	31/12/2021	AH	AV
Pessoal e Encargos	250.049.951	248.041.262	0,81%	9,90%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	26.856.218	26.467.336	1,47%	1,06%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	214.500.290	250.932.837	-14,52%	8,50%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	20.228.704	17.765.786	13,86%	0,80%
Transferências e Delegações Concedidas	1.954.717.008	2.204.871.567	-11,35%	77,42%
Desvaloriz./Perda de Ativos e Incorp. de Passivos	54.161.390	10.415.954	419,98%	2,15%
Tributárias	4.139.825	3.546.404	16,73%	0,16%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	74.051	76.660	-3,40%	0,00%
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2.524.727.438	2.762.117.806	-8,59%	100%

Fonte: SIAFI

15.1 Pessoal e Encargos: VPDs que se referem à remuneração de pessoal ativo civil relativos aos vencimentos, abonos, adicionais, gratificações, férias, 13º salário, indenizações, sentenças judiciais, encargos e benefícios relativos a auxílios transporte, alimentação, moradia; assistência à saúde, etc.

15.2 Benefícios Previdenciários e Assistenciais: são VPDs decorrentes das aposentadorias, pensões, gratificações, auxílio natalidade, dentre outros.

15.3 Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo: VPDs referentes a despesas administrativas de manutenção do órgão e os serviços de natureza continuada, além das variações decorrentes das depreciações de bens móveis e, em menor proporção, da amortização de bens intangíveis.

15.4 Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras se referem aos descontos financeiros concedidos nos pagamentos de multas aplicadas pela ANTT, destacando-se duas situações específicas. A primeira é o desconto de 20% quando o pagamento for realizado até a data do vencimento para as multas de excesso de peso, conforme Código de Trânsito Brasileiro – CTB. A outra é decorrente da

previsão da Resolução da ANTT nº 5.083/2016, cujo art. 86 dispõe sobre a concessão de desconto de 30% ao valor da multa na hipótese de o infrator renunciar expressamente o direito de interpor recurso administrativo. Assim, à medida em que os pagamentos das multas forem realizados neste tipo de condição, haverá o aumento desta VPD.

15.5 Transferências e Delegações Concedidas se referem aos sub-repasses de valores (RP e exercício) transferidos por meio de Programação Financeira para as Unidades Regionais. Estão registrados também as doações e transferências mobiliárias concedidas internamente entre as UGs por meio do SIADS. Verifica-se que a quase totalidade desta VPD - em torno de 97%, se refere à compensação de movimentação patrimonial relativa às arrecadações das fontes 129, 174 e 150, para compensar os valores destas VPA, pois, apesar de se tratar de receitas da ANTT, os recursos financeiros são transferidos para as disponibilidades de caixa da STN.

15.6 Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos: cerca de 98% desta VPD se refere aos valores de honorários advocatícios decorrentes dos códigos de recolhimento da dívida ativa da ANTT, no qual há a destinação do recurso para a AGU. Houve também a desincorporação por perdas involuntárias com imobilizados.

15.7 Tributárias: VPDs decorrentes de pagamento de impostos (IPTU) e contribuições para serviço de iluminação pública cobradas sobre as faturas de energia elétrica das unidades organizacionais da ANTT. Refere-se também à contribuição social do PIS/PASEP, cujo recolhimento é de 1% sobre a receita corrente da Agência, conforme prevê a Lei n.º 9.715/1998. O recolhimento desta contribuição corresponde a 72% da VPD.

15.8 Outras Variações Patrimoniais Diminutivas: corresponde às VPDs decorrentes de indenizações e restituições concedidas pela ANTT referentes a: bolsas de estudo de idiomas a servidores; ajudas de custo; ressarcimento de despesas com passagem aérea; pagamento de per capita referente ao convênio de adesão com a GEAP.

Nota 16 – Receitas Orçamentárias

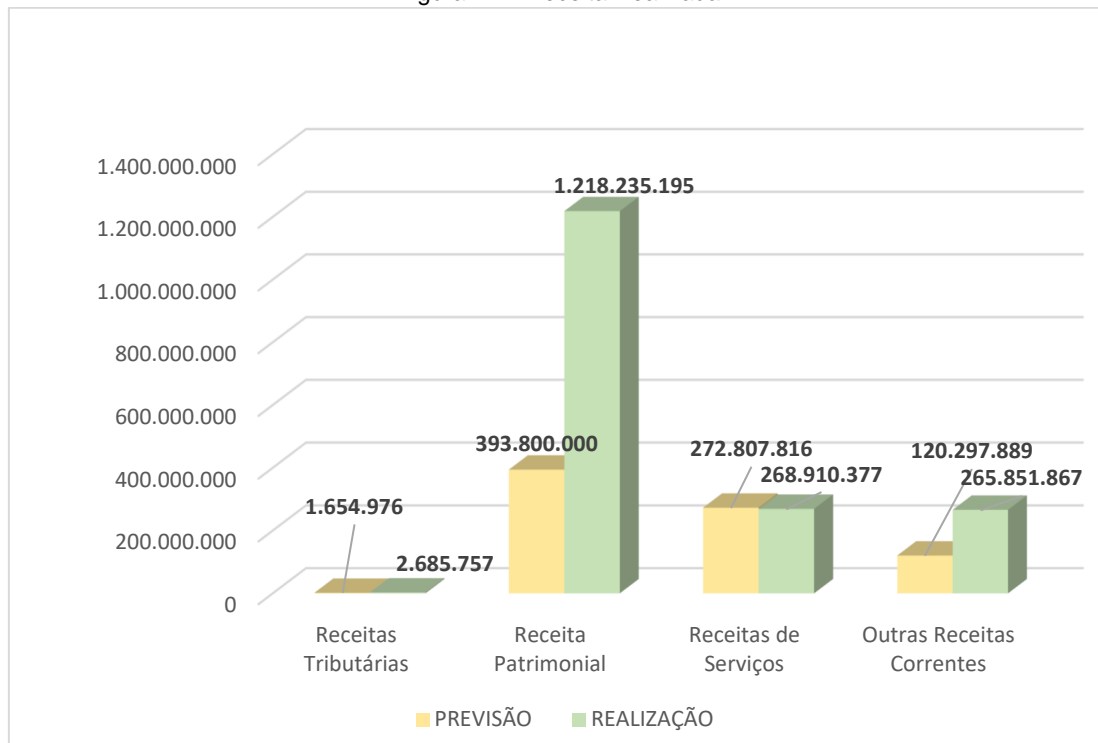
A receita arrecadada no período demonstra um resultado de excesso de arrecadação em 222,64%, com destaque para a Receita Patrimonial (Tabela 21).

Tabela 21 – Receita Orçamentária – Realização

	Previsão Atualizada	Receita Realizada	Saldo	% de Realização
Receitas Tributárias	1.654.976	2.685.757	1.030.781	162,28%
Receita Patrimonial	393.800.000	1.218.235.195	824.435.195	309,35%
Receitas de Serviços	272.807.816	268.910.377	-3.897.440	98,57%
Outras Receitas Correntes	120.297.889	265.851.867	145.553.978	220,99%
Receitas de Capital	0 -	15.402,10	-15.402	
TOTAL	788.560.681	1.755.667.793	967.107.112	222,64%

Fonte: SIAFI

Figura 14 – Receita Realizada



16.1 As receitas da ANTT que têm origem tributária se referem às taxas de fiscalização do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros (Fonte 174). O Balanço Orçamentário demonstra no campo “Receita Realizada” o valor líquido efetivamente arrecadado em favor da ANTT, já deduzido da DRU e de outros abatimentos que porventura houver.

16.2 As Receitas Patrimoniais são decorrentes das arrecadações de outorgas/concessões de ferrovias e outorgas de serviços de transportes de passageiros. A variação de 309,35% em relação ao valor previsto decorre do recolhimento efetuado pela empresa Vale S.A. referente à antecipação das parcelas 7 a 146 relativas à outorga da Estrada de Ferro Carajás, no total R\$ 795.995.746,16, o que corresponde à totalidade das parcelas vincendas deste contrato de concessão.

16.3 As Receitas de Serviços são decorrentes da verba anual das concessionárias de rodovias e ferrovias, destinadas a cobrir despesas com fiscalização das concessões. Em proporção menor, estas receitas decorrem também da arrecadação de emolumentos de cargas/passageiros.

16.4 Outras Receitas Correntes: compõem-se das multas aplicadas pelo Poder de Polícia decorrentes das infrações ocorridas na prestação de serviços de transportes rodoviários de passageiros/cargas internacionais e interestaduais; e das multas contratuais regulatórias aplicadas às concessionárias.

16.5 Receitas de Capital: O registro negativo apresentado no BO se refere à retificação GRU do exercício anterior, recolhido indevidamente como receita de investimento.

Tabela 21.a – Receita Orçamentária – Comparativo

	30/12/2022	30/12/2021	AH	AV
Receitas Tributárias	2.685.757	1.767.186	51,98%	0,15%
Receita Patrimonial	1.218.235.195	1.739.765.719	-29,98%	69,39%
Receitas de Serviços	268.910.377	227.905.180	17,99%	15,32%
Outras Receitas Correntes	265.851.867	165.476.046	60,66%	15,14%
Receitas de Capital	-	773.925	-	-
TOTAL	1.755.683.195	2.134.914.132	-17,76%	100,00%

A tabela acima demonstra o comparativo do comportamento da receita realizada em 2022 com o exercício anterior.

Nota 17 – Despesas Orçamentárias

As despesas empenhadas no exercício são consideradas como executadas no âmbito orçamentário. O grupo de Outras Despesas Correntes se refere aos serviços continuados, de apoio de manutenção do órgão correspondendo a 48,01% dos gastos, 4,52% de investimento e 47,47%, de despesas com Pessoal e Encargos Sociais.

Tabela 22 – Despesa Orçamentária – Execução

	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo da Dotação
Pessoal e Encargos Sociais	261.756.911	260.217.224	259.867.050	242.267.065	1.539.687
Outras Despesas Correntes	318.393.728	263.157.355	192.474.795	189.171.502	55.236.373
Investimentos	34.857.458	24.775.922	11.013.935	11.010.442	10.081.536
Subtotal	615.008.097	548.150.501	463.355.780	442.449.009	66.857.596
Reserva de Contingência	298.991.993	-	-	-	298.991.993
TOTAL	914.000.090	548.150.501	463.355.780	442.449.009	365.849.589

Fonte: SIAFI

Os resultados da execução da despesa demonstrados acima foram extraídos do Balanço Orçamentário, o qual inclui em sua apuração os valores decorrentes dos destaques recebidos no exercício, contribuindo para as despesas empenhadas, liquidadas e pagas conforme destacados na Tabela 22.a.

Tabela 22.a – Despesa Orçamentária – Execução – Créditos Recebidos por Destaque

PROGRAMA DE GESTAO E MANUTENCAO DO PODER EXECUTIVO			
DESTAQUE RECEBIDO	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
111.720,81	111.720,81	87.880,06	87.880,06

Figura 15 – Despesas Executadas – Proporção

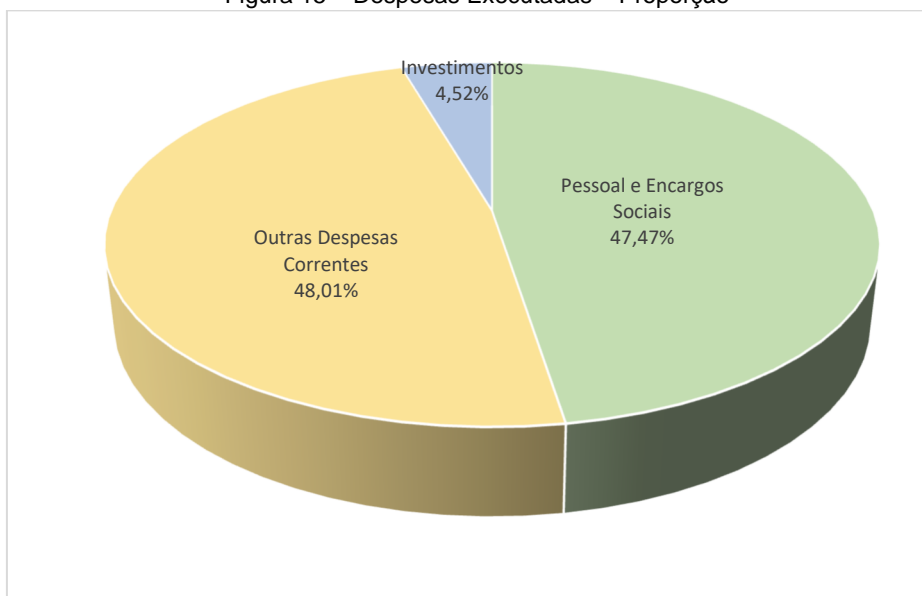
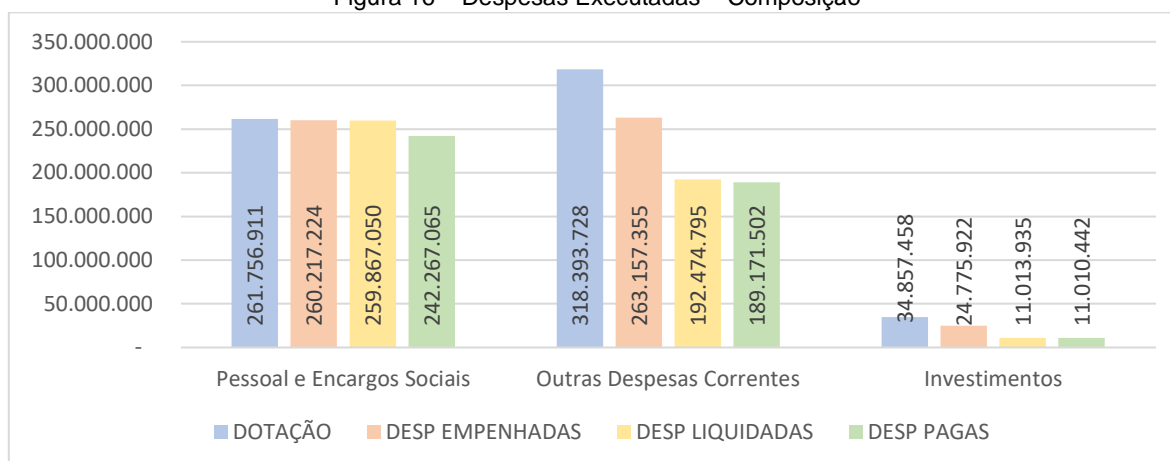


Figura 16 – Despesas Executadas – Composição



Nota 18 – Restos a Pagar

O saldo de Restos a Pagar demonstra:

- para o RP Não Processado o percentual de 29,26% pendente de execução, sendo que o executado foi de 70,74%, o pago de 41,77% e o cancelado de 28,97%;
- para o RP Processado o percentual de 11,62% pendente de execução e o executado de 88,38%.

Tabela 23 – Restos a Pagar – Execução

	Inscritos	Liquidados	Pago	Cancelado	Bloqueado	Saldo
RPNP em 2021	51.633.455					
RPNP anterior a 2021	18.314.350	29.374.975	29.214.866	20.266.396	-	20.466.543
RPP em 2021	1.059.269					
RPP anterior a 2021	21.840.066		20.238.358	273		2.660.704
Total	92.847.140	29.374.975	49.453.225	20.266.669	-	23.127.247

Fonte: SIAFI

Nota 19 – Movimentação Financeira

O resultado da movimentação de recursos no terceiro trimestre de 2022 apresentou a variação de 40,55%, no Caixa da ANTT (Tabela 24).

Tabela 24 – Caixa e Equivalente de Caixa – Variação

	30/09/2022	31/12/2021	AH %	AH R\$
Caixa e Equivalentes de Caixa	764.258.074	543.761.867	40,55%	220.496.208

O Balanço Financeiro – BF demonstra que, em comparação ao mesmo período no exercício anterior, as receitas orçamentárias tiveram uma redução de 17,79% e as despesas um aumento de 2,59%. Cabe lembrar que o BF considera como Despesas Orçamentárias todo o valor empenhado, independente de liquidação ou pagamento. Já a Receita Orçamentária é a efetivamente arrecadada. Este demonstrativo registra como Pagamentos Extraorçamentários o pagamento do RP processados e não processado.

Tabela 25 – Balanço Financeiro – Variação e Composição

	30/12/2022	30/12/2021	AH
Receitas Orçamentárias	1.755.667.793	2.135.688.057	-17,79%
Despesas Orçamentárias	548.150.501	534.296.977	2,59%
Transferências Financeiras Recebidas	825.838.700	711.195.910	16,12%
Transferências Financeiras Concedidas	1.912.626.552	2.203.125.719	-13,19%
Recebimentos Extraorçamentários	150.177.216	76.989.820	95,06%
Pagamentos Extraorçamentários	50.410.449	52.734.484	-4,41%
Resultado Financeiro	220.496.208	133.716.607	

Fonte: SIAFI

A conciliação entre o resultado do Balanço Financeiro - BF e do Demonstrativo de Fluxo de Caixa - DFC confirma a variação da movimentação financeira nos períodos. O percentual de 40,55% em relação à geração líquida de Caixa corrobora com os dados do "Caixa e Equivalente de Caixa" (Tabela 02), sendo que o saldo inicial era de R\$ 543.761.866 e em 31/12/2022 passou a ser de R\$ 764.258.074, com aumento da disponibilidade financeira em R\$ 220.496.207.

Nota 20 – Resultado Financeiro do Balanço Patrimonial

O resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial no período foi superavitário em R\$ 635.374.146. De acordo com a Lei 4.320/1964, o superávit financeiro é a diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro (Tabela 26).

Tabela 26 – Superávit Financeiro – Ativo Financeiro x Passivo Financeiro

Ativo Financeiro	764.258.074
Passivo Financeiro	128.883.928
	635.374.146

Fonte: SIAFI

Este resultado é demonstrado também no anexo do BP mediante o demonstrativo dos recursos ordinários que são decorrentes dos valores disponíveis da fonte 100 e dos recursos vinculados que se referem às fontes 129, 174 e 250.

Tabela 27 – Superávit Financeiro – Recursos Ordinários X Recursos Vinculados

Recursos Ordinários	-2.528.606
Recursos Vinculados	637.902.752
	635.374.146

Fonte: SIAFI

Outra perspectiva de análise deste resultado financeiro é por meio do detalhamento por fonte de recursos.

Tabela 28 – Superávit Financeiro – Por Fonte de Recursos

Fonte SOF	RESULTADO FINANCEIRO	SOMATÓRIO	RECURSOS
100	-2.439.129	-2.528.606	Ordinários
188	-89.477		
129	-57.045.916		
150	328.449.785		
151	9.434		
163	758.523	637.902.753	Vinculados
174	-15.506.179		
186	-30.048		
250	381.267.154		

Fonte: SIAFI

Nota 21 – Conformidade Contábil

Diante das análises realizadas, pode-se afirmar que, em seus aspectos relevantes, as demonstrações contábeis da ANTT estão de acordo com os normativos vigentes. No entanto, cabe ressaltar que ainda há adequações a serem implementadas para garantir que os demonstrativos retratem a real situação patrimonial da Autarquia, que, dentre as principais, destacam-se:

- ✓ **Apropriação de despesas fora período de competência:** Processos de pagamentos apropriados no mês atual com fato gerador de períodos anteriores, não sendo possível atender ao princípio da competência em função dos prazos ocorridos no fluxo dos processos de pagamento, porém há o esforço para que a defasagem das informações se atenuem por meio da apropriação com registro da VPD e da pré-liquidação da NE.

- ✓ **Receitas registradas fora do período de competência:** Atualmente as receitas registradas no SIAFI são realizadas por regime de caixa, não havendo ainda informações consolidadas para registro fidedigno destes valores por competência.
- ✓ **Falta atualização de Ativos Circulantes:** Ausência de registro dos créditos a receber de CURTO PRAZO, especialmente os decorrentes das multas aplicadas pela ANTT e os da Dívida Ativa, pois os sistemas atuais da ANTT e AGU não contemplam funcionalidades que permitam obter esta informação gerencial de forma integral e consolidada.
- ✓ **Falta de atualização de Ativos não Circulantes:** Ausência de registro dos créditos a receber de Longo Prazo, especialmente os decorrentes das multas aplicadas pela ANTT e os da Dívida Ativa, pois os sistemas atuais da ANTT e AGU não contemplam funcionalidades que permitam obter esta informação gerencial de forma integral e consolidada.
- ✓ **Falta avaliação de bens móveis/ intangíveis/outros:** Falta registrar reavaliação/redução a valor recuperável dos bens móveis; Falta registrar os softwares desenvolvidos internamente e fazer a reavaliação dos itens registrados. Encaminhou-se orientação e alerta à área responsável para os procedimentos a serem adotados quando da implementação das funcionalidades no SIADS para permitir estes ajustes/controles.
- ✓ **Saldos Contábeis divergentes do RMB e RMA:** Em função da reestruturação da ANTT e a centralização da execução orçamentária e financeira na UG 393001, as demais UGs estão em fase de encerramento, cujas transferências dos saldos dos almoxarifados E imobilizados estão em processamento no SIADS. As pendências apresentadas pelo sistema são solucionadas pelo SERPRO, para o qual foram abertos os chamados visando a regularização.

São estas as notas explicativas ressaltadas para o período.

Brasília, 31 de janeiro de 2023.

CLEIDES SILVA CAMPOS FONTENELE
Contadora Responsável
CRC DF 018229/O